

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Programa de Pós- Graduação em Sociologia**

MARIA CLARA BRITO DA GAMA

**MACHADO DE ASSIS: A ESTRUTURA SOCIAL EM *QUINCAS
BORBA E ESAÚ E JACÓ***

Belo Horizonte

2006

MARIA CLARA BRITO DA GAMA

**MACHADO DE ASSIS: A ESTRUTURA SOCIAL EM QUINCAS
*BORBA E ESAÚ E JACÓ***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Noronha.

Belo Horizonte

2006

301 G184m 2006	<p>Gama, Maria Clara Brito da . Machado de Assis [manuscrito] : a estrutura social em Quincas Borba e Esaü e Jacó / Maria Clara Brito da Gama. - 2006. 92 f. Orientador: Ronaldo de Noronha.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.</p> <p>1.Sociologia – Teses. 2. Assis, Machado de, 1839-1908. 3.Literatura - Teses . 4.Estratificação social – Teses . I. Noronha, Ronaldo de . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



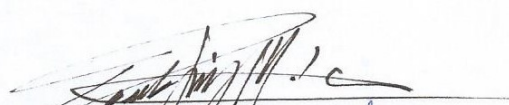
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Sociologia
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31.270-901 - Belo Horizonte - MG


ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MARIA CLARA BRITO DA GAMA

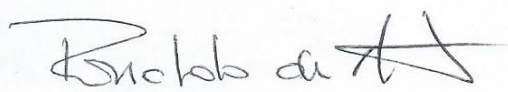
Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2006 (dois mil e seis) reuniu-se a Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia intitulada: **“Machado de Assis: a estrutura social em Quincas Borba e Esaú e Jacó”**, composta pelos professores Paulo Luiz Lavigne Esteves (PUC-MINAS), Maria Beatriz Vasconcellos Coelho (SOA-UFMG) e Ronaldo de Noronha (orientador/SOA-UFMG). Procedeu-se a argüição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da dissertação. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2006.

Banca Examinadora:


Prof. Paulo Luiz Lavigne Esteves


Prof.^a Maria Beatriz Vasconcellos Coelho


Prof. Ronaldo de Noronha

Aos meus pais, com amor.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais ao mestre Ronaldo de Noronha, professor querido e orientador ímpar. Obrigada pela preciosa orientação e amizade, ambas fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores Antônio Augusto, Alexandre Cardoso, Otávio Dulci, Neuma Aguiar, Ana Clark, Juarez Guimarães, Jorge Alexandre, Eduardo Vargas e, em especial, Mana Coelho, Renarde Nobre e Ruben Caixeta, amigos queridos. Agradecimentos ao departamento de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFMG, assim como aos funcionários Alessandro Magno, Assis, Sirene e Marinho, pela boa vontade e camaradagem.

À Capes, cujo apoio financeiro foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus pais, Tina e Sérgio, pelo amor, amizade e cumplicidade de sempre, além das preciosas colaborações nessa dissertação. À minha irmã Luciana, que me introduziu no maravilhoso universo da literatura. Aos meus amigos e irmãos Pedro, Sergio e Daniel, em especial, pela constante ajuda na pesquisa bibliográfica. Aos avós Geraldo, Carmen, Brito e Maria (*in memorian*).

Agradecimentos às amigas Carol Resende, Luciana e Adriana Guimarães, Letícia Franco e Domitila Peixoto.

Resumo

A pesquisa analisou dois romances machadianos a partir de conceitos sociológicos. O principal autor cujos conceitos nortearam esta pesquisa foi Max Weber. No clássico texto intitulado “Classe, estamento, partido” (1982), Weber discorre sobre os diferentes tipos de distribuições de recursos como prestígio, poder econômico e político entre indivíduos, refletindo sobre os diferentes critérios distributivos. Weber estabelece distinções entre sociedades estamentais, cujos critérios distintivos se baseiam no nascimento e nas tradições, e sociedades de classes, organizadas a partir de critérios econômicos. Os conceitos de estamento, classes sociais e partidos políticos desenvolvidos por Weber (1982) contribuem para a compreensão do conceito de estrutura social, empregado nesta pesquisa segundo Peter Blau (1974). De acordo com este último autor, a estrutura social é compreendida como a distribuição dos indivíduos entre diversas posições sociais, a partir de vários critérios. Esta pesquisa analisou a estrutura da sociedade machadiana nos romances *Quincas Borba* e *Esaú e Jacó*. O primeiro livro foi publicado no formato de folhetim entre 1886 e 1891, ganhando a versão final como romance em 1892. O segundo livro foi publicado como romance em 1904. Em cada romance foram analisadas todas as personagens considerando aspectos como a origem social de cada uma delas, assim como suas trajetórias, ocupações, modos de vida, nível de *status*, crenças, valores, comportamentos políticos, redes de relações sociais. Ao considerar estes aspectos, visamos situar cada personagem num ponto específico da estrutura social, além de traçar um panorama geral desta última. A escolha dos romances *Quincas Borba* e *Esaú e Jacó* para esta análise se deveu ao fato da narrativa do primeiro livro terminar no ano em que a narrativa do segundo começa. Há continuidades entre os dois romances. A sociedade machadiana passa por uma lenta transição, que se inicia mas não se completa. Com a decadência da nobreza e do estamento, há a tímida ascensão da burguesia e a emergência da sociedade de classes.

Palavras-chave: sociologia da literatura, Machado de Assis, estrutura social, *Quincas Borba*, *Esaú e Jacó*.

Abstract

The research analyzed two Machadian novels from sociological concepts. The main author whose concepts guided this research was Max Weber. In the classic text entitled "Class, status and party" (1982), Weber discusses the different types of distribution of resources such as prestige, economic and political power among individuals, reflecting on the different distributive criteria. Weber draws distinctions between status societies, whose distinctive criteria are based on birth and traditions, and class societies, organized on economic criteria. The concepts of status, social classes and political parties developed by Weber (1982) contribute to the understanding of the concept of social structure, used in this research according to Peter Blau (1974). According to this last author, the social structure is understood as the distribution of individuals among different social positions, based on various criteria. This research analyzed the structure of Machado's society in the novels *Quincas Borba* and *Esaú e Jacó*. The first book was published in serial format between 1886 and 1891, with the final version as a novel in 1892. The second book was published as a novel in 1904. In each novel, all characters were analyzed considering aspects such as the social origin of each one of them, as well as their trajectories, occupations, ways of life, status level, beliefs, values, political behavior, networks of social relationships. When considering these aspects, we aim to place each character at a specific point in the social structure, in addition to drawing a general panorama of the latter. The choice of the novels *Quincas Borba* and *Esaú e Jacó* for this analysis was due to the fact that the narrative of the first book ends in the year in which the narrative of the second begins. There are continuities between the two novels. Machado's society is going through a slow transition, which begins but is not completed. With the decay of the nobility and status, there is the timid rise of the bourgeoisie and the emergence of class society. Keywords: sociology of literature, Machado de Assis, social structure, *Quincas Borba*, *Esaú and Jacó*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
	A obra literária e o contexto histórico.....	12
	A especificidade do texto literário e as possibilidades interpretativas.....	14
	Estudos sociológicos das obras literárias.....	15
	Max Weber: “classes, estamentos, partidos”.....	16
	Peter Blau: estrutura social.....	17
	A estrutura social em <i>Quincas Borba</i> e <i>Esaú e Jacó</i>	17
2	PRIMEIRA PARTE: <i>QUINCAS BORBA</i>	19
2.1	QUINCAS BORBA, O FILÓSOFO.....	19
	O Humanitismo.....	19
	Heranças.....	19
2.2	RUBIÃO, O HERDEIRO UNIVERSAL.....	20
	A escravidão na narrativa de <i>Quincas Borba</i>	21
	Elegância, ócio e trabalho	23
2.3	O CASAL PALHA.....	24
	Desejo sem escrúpulos por ascensão social.....	24
	Mulheres e tensões sociais.....	25
	Mobilidade social e bairristica.....	25
2.4	MAJOR SIQUEIRA E DONA TONICA.....	25
	Mulheres, casamento e solteirice.....	26
	Mobilidade social descendente.....	27
2.5	CAMACHO, ADVOGADO E POLÍTICO.....	28

	O papel da retórica na vida política.....	29
	Alternâncias no poder entre Conservadores e Liberais.....	29
	Carreira política e subsistência.....	30
	Jornalismo político.....	31
2.6	CARLOS MARIA E MARIA BENEDITA, UM CASAL IMPROVÁVEL.....	32
	Um homem fidalgo.....	32
	A ascensão social através do casamento.....	35
2.7.	D. FERNANDA E DR. TEÓFILO: BENEFICÊNCIA E POLÍTICA.....	36
	Carreira política e origem familiar.....	36
	Generosidade suspeita.....	36
	Os políticos na narrativa machadiana.....	38
2.8	COMADRE ANGÉLICA.....	39
	A diversidade da estrutura social machadiana.....	39
3	SEGUNDA PARTE: <i>ESAÚ E JACÓ</i>	40
3.1	A FAMÍLIA SANTOS.....	40
	Preconceitos contra a especulação financeira.....	40
	Mobilidade e ascensão social dos Santos.....	42
	Estamento e classes sociais.....	42
	Perpétua, a agregada.....	44
	Crenças religiosas.....	45
	Baronato.....	46
3.2	OS GÊMEOS E FLORA.....	48
	Os gêmeos.....	48
	As amas.....	49

Monarquia ou República.....	49
A abolição da escravidão na narrativa de <i>Esaú e Jacó</i>	51
A Proclamação da República na narrativa de <i>Esaú e Jacó</i>	51
Flora, <i>Femme fragile</i>	52
Expectativas sociais para homens e mulheres.....	52
3.3 O CONSELHEIRO AIRES.....	54
Diplomata narrador.....	54
O caráter lúdico de <i>Esaú e Jacó</i>	56
Aires, o observador cético.....	59
3.4 RITA, A VIÚVA.....	61
A viuvez de Rita.....	61
3.5 A GENTE BATISTA.....	62
Política, politicagens e corrupção.....	63
Conservadores, liberais e (in)fidelidade partidária.....	66
3.6 CUSTÓDIO.....	69
Comércio e política.....	69
Vida pessoal, política e História.....	71
3.7 GOUVEIA, o terceiro.....	72
Gouveia.....	72
Mudanças sociais e mobilidade.....	73
3.8 NÓBREGA.....	73
O Encilhamento na narrativa de <i>Esaú e Jacó</i>	74
Crescimento urbano e progresso.....	75
Nóbrega e a emergência da sociedade de classes.....	77

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	90

Introdução:

O Brasil tem sido berço de grandes escritores que sob diversas maneiras discorreram sobre suas questões e peculiaridades, contribuindo para a formação de identidades nacionais. Entre tantos autores que escreveram sobre nosso povo e cultura tenho interesse especial em Machado de Assis, pois se trata de um dos mais expressivos escritores brasileiros, criador de vasta obra, marcada por alto grau de profundidade. A obra de Machado de Assis suscitou a produção de uma fortuna crítica enorme e se tornou conhecida mundialmente.

Este trabalho parte do pressuposto de que através de uma obra literária clássica, canônica, é possível compreendermos a respeito da sociedade e da época sobre as quais a obra trata. Este fenômeno é reforçado nos casos em que a obra ficcional do autor trata da sociedade e da época nas quais este autor viveu. Este é o caso da vida e da obra de Machado de Assis, ambas transcorridas no Brasil, principalmente durante a segunda metade do século XIX.

A compreensão a respeito de determinada sociedade e contexto histórico através de uma obra literária pode ocorrer mesmo quando o autor não tenha tido a pretensão de realizar romances históricos. Isto porque valores inconscientes e visões de mundo do autor são expressas nos romances, organizando as narrativas. Muitos destes valores e concepções são compartilhados socialmente por concidadãos contemporâneos ao autor.

Lucien Goldmann, no livro *A sociologia do romance* (1990), afirma que um indivíduo não teria condições de criar uma narrativa coerente através da qual expressa algum tipo de visão de mundo, sem a contribuição coletiva da sociedade na qual se encontra inserido. Apesar das obras literárias serem criações individuais, Goldman destaca que estas possuem correspondências com as sociedades nas quais foram produzidas.

Assim, apesar das obras literárias serem (em geral) elaboradas por autores individualmente, suas criações apresentam aspectos coletivos, na medida em que o artista está inserido em determinada sociedade, que por sua vez, é constituidora da “visão de mundo” deste. O artista, inevitavelmente, compartilha inúmeros dos valores e preconceitos da sociedade na qual vive. Ao produzir uma obra de arte, o artista se

exprime através desta e, ao exprimir-se, exprime também os anseios, valores, temores e preconceitos do grupo social ao qual pertence. Assim, embora uma obra literária clássica receba tal definição (entre outras características) por transcender seu contexto, esta pode ser melhor compreendida levando-se este último em consideração. Entretanto, contextualizar não significa buscar na obra literária um reflexo da época.

Raymundo Faoro, no livro *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (2001), reflete sobre o posicionamento dos críticos de literatura no que concerne à relação entre a obra ficcional e o contexto histórico no qual esta foi produzida ou o contexto a respeito do qual a obra trata. Faoro destaca que as interpretações dos críticos variaram entre dois tipos de abordagens: as que consideram que uma obra ficcional deve se aproximar e, de alguma forma, refletir a realidade da época, e as que concebem a como algo quase mágico, resultante de talentos raros e desconectada de qualquer tipo de realidade.

Faoro critica os dois tipos de abordagens. O primeiro por visar transformar a ficção literária em algo não literário e desvalorizar a atividade criativa. O segundo por platonizar tal atividade (FAORO, 2001, p.526). Mas qual tipo de abordagem seria a mais adequada? Faoro acaba por sugerir um caminho intermediário entre os dois tipos de interpretação. Ele assume um posicionamento próximo ao de Lucien Goldman (1990) ao reconhecer que o contexto histórico fornece algum tipo de densidade à obra literária, na medida em que o autor não se encontra isolado, mas integrado em determinada sociedade e período histórico. Entretanto, Faoro destaca que as obras ficcionais (ainda que por ventura tenham tal pretensão) não reproduzem a realidade, pois são frutos de criações que apresentam fortes cargas subjetivas por parte dos seus autores. Além disto, escrever implica dizer sobre muitas coisas e silenciar a respeito de outras, fato que revela o caráter arbitrário da criação autoral. Segundo Faoro, o processo de criação pode ser concebido como um tipo de transmutação da realidade, que abrange esta última, além do estilo pessoal do autor.

A obra literária não deve ser interpretada como se fosse uma reprodução da realidade, nem como se fosse algo misterioso e desconectado do contexto histórico no qual esta foi produzida. Mas como interpretar uma obra literária? Todas as interpretações são válidas? Antes de refletir sobre esta questão, é importante definir o que é literatura ou quais as especificidades que classificam um texto como literário.

Jonathan Culler, no livro *Teoria Literária: uma introdução* (1999), destaca a variedade de textos classificados como literatura, muitos dos quais escritos antes mesmo deste conceito ter sido desenvolvido no sentido moderno do termo. Então estes textos não eram de literatura, antes do conceito ter se desenvolvido? O que define a classificação de um texto é a decisão coletiva de classifica-lo enquanto tal? Apesar de ser tentadora a aplicação da definição de que literatura é o que determinada sociedade classifica enquanto tal em certos períodos, Culler julga esta postura insatisfatória e propõe análises mais profundas. Ele afirma que quando a linguagem é removida dos contextos e propósitos cotidianos e ordinários, ela pode ser interpretada como literatura. Esta última, portanto, é composta por linguagens que assumem outros contextos e funções, demandando tipos especiais de atenção.

Segundo Culler (1999), toda comunicação se baseia no pressuposto entre os que se comunicam de que o conteúdo e significado da comunicação é útil. Há uma cooperação entre os participantes da conversa. O mesmo acontece na relação entre a obra literária e os leitores. As primeiras passam por processos de seleção, correção, impressão e distribuição, de modo que ao serem apresentadas aos leitores, estes acreditam que as obras valem a pena serem lidas. Eles estabelecem, mesmo que de modo inconsciente, enquanto leitores, um pacto com o autor. Neste pacto está implícito que possíveis confusões de linguagem ou narração serão elucidadas posteriormente e que tais enredos são válidos, no sentido de proporcionarem narrativas coerentes, prazerosas, etc. Em outras palavras, os leitores pressupõem que o autor manteve uma atitude de cooperação com eles, tendo escrito narrativas bem construídas, voltadas à compreensão, pelo menos em certa medida, por parte dos leitores.

Os leitores possuem papel ativo no ato de ler (e interpretar) um texto literário. Os “horizontes de expectativas” (CULLER, 1999, p.66) dos leitores influenciam decisivamente as interpretações que estes fazem dos textos. Um leitor contemporâneo à Shakespeare lia e interpretava os textos do autor a partir de horizontes de expectativas diferentes dos leitores da atualidade. Mas isto significa que todas as interpretações dos textos são válidas? Como avaliar a pertinência de uma interpretação?

Culler (1999) afirma que não se pode atribuir qualquer significado à uma obra literária; é necessário persuadir os demais a respeito da sua interpretação e, para isto,

apresentar argumentos válidos, relacionando detalhes do texto aos sentidos atribuídos. Culler destaca que muitas vezes se busca o sentido do texto na intenção do autor. Contudo, é necessário admitir que nem sempre o autor disse o que pretendeu dizer. Além disto, muitas vezes o autor pode ter expressado questões que ele mesmo não havia intencionado. Então quer dizer que o sentido de um texto é atribuído pelo leitor?

Segundo Culler, o ato de interpretação de um texto literário é algo complexo, que envolve questões como: a intenção do autor, o texto em si, o contexto no qual o texto foi escrito, o contexto sobre o qual a narrativa transcorre e o horizonte de expectativas do leitor. O sentido de um texto literário “é simultaneamente uma experiência de um sujeito e uma propriedade de um texto” (CULLER, 1999, 69). O sentido ou os sentidos atribuídos a um texto não são definitivos nem irrevogáveis.

Após estas reflexões sobre interpretações de textos literários é relevante ressaltar que esta pesquisa visa realizar uma interpretação sociológica de romances machadianos. Mas em que consistem as interpretações sociológicas de livros de literatura?

Antônio Cândido, no livro *Literatura e Sociedade* (2000) elencou alguns dos tipos mais comuns de estudos sociológicos de obras literárias. Segundo o autor, o primeiro tipo busca relacionar um gênero com os contextos sociais do surgimento e desenvolvimento deste. O segundo tipo, próximo ao primeiro, busca analisar em que medida as obras espelham ou representam a sociedade. Este tipo de análise visa estabelecer correlações entre os fatos históricos e a ficção. O terceiro tipo consiste em estudar a relação entre a obra literária e o público leitor. O quarto tipo de estudo na área da sociologia analisa a função social do escritor, refletindo sobre a tarefa do artista e do intelectual. O quinto tipo analisa as funções políticas das obras e, em geral, possui caráter ideológico. O sexto tipo seria voltado às investigações sobre as origens de determinados gêneros ou da literatura, de modo geral.

Esta pesquisa propõe um tipo de análise diferente dos citados por Cândido (2000). Conforme discutido anteriormente, esta pesquisa parte do pressuposto de que é possível através de uma obra literária ficcional conhecer a respeito da sociedade na qual a obra foi produzida e sobre a qual a mesma trata em suas páginas de ficção. O conhecimento sobre o contexto histórico no qual a obra foi produzida ajuda a elucidar aspectos da obra, contribuindo para a interpretação da mesma. Contudo, esta última não

é concebida como uma reprodução da realidade, mas como uma criação artística. Mas, em que consiste a análise sociológica que esta pesquisa visa desenvolver?

A pesquisa visa analisar dois romances machadianos à luz de conceitos de teorias sociológicas. O principal autor cujos conceitos nortearam esta pesquisa foi Max Weber. No texto clássico intitulado “Classe, estamento, partido” (1982), Weber fala sobre os diferentes tipos de distribuições de recursos como prestígio, poder econômico e poder político entre os integrantes de uma sociedade, refletindo sobre os diferentes critérios distributivos. Vejamos brevemente cada um destes.

Segundo Weber (1982) sociedades estamentais são organizadas e hierarquizadas a partir de estamentos. Assim, o que define a posição social de um indivíduo se relaciona às origens e ao nascimento deste. Em sociedades de cortes, os filhos dos nobres serão nobres e os filhos dos camponeses serão camponeses, os estamentos prevalecem. Os critérios distintivos entre as pessoas se baseiam na honra, no *status*. Os estilos de vida denunciam os estamentos aos quais os indivíduos pertencem. Nas sociedades estamentais há pouca mobilidade social. Ou seja, as possibilidades dos indivíduos conquistarem posições diferentes das ocupadas pelos seus pais são pequenas.

O mesmo não ocorre nas sociedades de classes. De acordo com Weber (1982) as classes são definidas a partir do poder econômico. A classe social de um indivíduo é estabelecida de acordo com a ocupação exercida por este, com o lugar que este ocupa na produção, assim como de acordo com suas expectativas de vida. As sociedades de classes são caracterizadas por maiores possibilidades de mobilidade social. As ocupações dos indivíduos e os lugares sociais que estes ocupam em termos de renda e prestígio não são definidas pelos seus nascimentos e origens familiares, mas pelas atividades profissionais que desempenham.

Além do prestígio e do poder econômico, Weber (1982) destaca a importância do poder político. Segundo o autor, o poder político é capaz de orientar ações comunais de diversos tipos. Os partidos políticos são as instituições que concentram o poder político e são capazes de organizar lutas de grupos e coletividades. Os desenvolvimentos dos partidos dependem do avanço da burocracia, da racionalidade e de funcionários especializados.

Os conceitos de estamento, classes sociais e partidos políticos desenvolvidos por Weber (1982) são pertinentes para a compreensão das diferentes distribuições de recompensas sociais como prestígio, poder econômico e poder político na sociedade. Estes conceitos contribuem para a compreensão do conceito de estrutura social, empregado nesta pesquisa segundo Peter Blau: “a estrutura social é um sistema de relações *sociais* entre partes diferenciadas de uma sociedade ou grupo” (1974, p.241). Assim, o conceito de estrutura social

começa com definições simples e concretas das partes componentes e suas relações. As partes são grupos ou classes de pessoas, tais como homens e mulheres, grupos étnicos ou estratos sócio-econômicos; mais precisamente, *são as posições de pessoas em diferentes grupos e estratos*. As conexões entre as partes, assim como dentro das partes, são as relações sociais das pessoas que encontram expressão na sua interação e comunicação (1974, p. 242 – grifo meu).

Em outras palavras, Blau entende a estrutura social como a distribuição das pessoas entre diversas posições sociais, a partir de vários critérios. Estas posições afetam as interações sociais. Falar sobre a estrutura social implica falar sobre diferenciações entre as pessoas, em seus diferentes papéis e posições sociais.

Assim, esta pesquisa irá analisar a estrutura da sociedade machadiana nos romances *Quincas Borba* (ASSIS, 1993) e *Esaú e Jacó* (ASSIS, 2002). O primeiro livro foi publicado no formato de folhetim entre 1886 e 1891, ganhando a versão final como romance em 1892. O segundo livro foi publicado como romance em 1904. As edições utilizadas nesta pesquisa datam de 1993 e 2002, respectivamente.

Em cada romance serão analisadas todas as personagens a partir dos seguintes aspectos: origem social, trajetória, ocupação, modos de vida, situação econômica, grau de *status*, crenças religiosas, comportamento político, bem como sua rede de relações sociais. Ao considerar estes aspectos, visa-se situar cada personagem num ponto específico da estrutura social, além de traçar um panorama geral sobre esta última.

A escolha dos romances *Quincas Borba* (ASSIS, 1993) e *Esaú e Jacó* (ASSIS, 2002) para esta análise se deveu ao fato da narrativa de *Quincas Borba* transcorrer entre 1867 e 1871, enquanto a de *Esaú e Jacó* se passa entre 1871 e 1893/ 94. A narrativa de *Quincas Borba* termina, portanto, no mesmo ano que a narrativa de *Esaú e Jacó* começa, e não se trata de mera coincidência. Há uma continuidade entre os dois romances,

havendo o desdobramento e desenvolvimento de certas situações, embora as personagens e enredos sejam diferentes. Raymundo Faoro afirma que entre os dois livros “há um longo e significativo percurso, que denuncia o amadurecimento de situações, o aprimoramento de gestos esquivos, a fixação de caracteres até então vagos, informes e indefinidos” (2001, p.262). Assim, após a análise da estrutura social de cada romance em separado, este estudo visa realizar um paralelo entre os dois romances, destacando as continuidades e transformações ocorridas na estrutura social machadiana entre uma narrativa e outra.

A metodologia que será empregada nesta pesquisa é exclusivamente qualitativa e irá se basear em pesquisas bibliográficas. Estas últimas consistem nos romances machadianos, especialmente *Quincas Borba* (ASSIS, 1993) e *Esaú e Jacó* (ASSIS, 2002), além de leituras de críticos literários, cientistas sociais, filósofos e historiadores que se dedicaram às análises literárias, sociológicas, filosóficas e historiográficas da obra de Machado de Assis.

Esta pesquisa está dividida em quatro partes: introdução, primeira, segunda parte e conclusão. Na introdução apresentamos o tema, destacamos os objetivos da pesquisa, assim como os principais conceitos utilizados, fornecendo uma visão geral do trabalho a ser realizado. A primeira parte da pesquisa foi dedicada à análise da estrutura social em *Quincas Borba*: examinaremos todas as personagens, verificando suas origens, papéis sociais, crenças, valores, comportamento, situações sócio-econômicas, além das suas redes de interações sociais. A segunda parte tratou da análise da estrutura social em *Esaú e Jacó*, seguindo os mesmos critérios e procedimentos utilizados na primeira parte. Na conclusão estabelecemos um paralelo entre os dois romances, observando as continuidades e transformações ocorridas na estrutura social machadiana entre uma narrativa e outra.

Primeira parte: *Quincas Borba*

Quincas Borba, o Filósofo

Joaquim Borba dos Santos, Quincas Borba, personagem cujo nome dá título ao livro, aparece no início da narrativa envelhecido e adoentado, num processo de perda do juízo. Trata-se de um homem abastado que, tendo herdado grande patrimônio familiar nunca precisou trabalhar e, de fato, não trabalhou. No entanto, seu tempo ocioso e sua imaginação frutífera o levaram a desenvolver uma filosofia, *Humanitas*. Esta filosofia discorre sobre a luta da humanidade pela sobrevivência, por recursos materiais, além da honra e glória. Tal luta inclui a resistência às adversidades, assim como a competição entre os homens. Segundo tal filosofia, vencem os mais preparados, os mais fortes, os mais aptos. Quem vence ganha tudo, quem perde, nada leva. Quincas Borba sintetizou a filosofia que desenvolveu em uma máxima: “Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”. Tal filosofia versaria sobre a própria condição do filósofo: rico, herdeiro, intelectualizado. Um vencedor, em suma.

No que concerne ao *Humanitismo*, John Gledson (1986) afirma que o Humanitismo representa uma sátira ao positivismo comtiano. Sidney Chalhoub (2003), destaca que, apesar do principal alvo do Humanitismo parecer ser o positivismo (as quatro fases de *Humanitas* postuladas por Quincas Borba, lembram os estágios de evolução da humanidade, postulados por Comte), o Humanitismo está impregnado de ideias darwinistas, como a seleção natural e a sobrevivência dos mais aptos.

A riqueza de Quincas Borba foi oriunda de uma herança familiar. As heranças são constantes na obra de Machado de Assis. Tratando-se de uma sociedade estamental, na qual as classes sociais não tinham se desenvolvido plenamente e o sistema capitalista se encontrava ainda incipiente, eram as heranças que garantiam a manutenção daqueles que pertenciam às altas camadas estamentais ou a ascensão à camadas mais elevadas. Independentemente do montante, as heranças estiveram presentes em todos os romances machadianos, sendo fundamentais ao desenvolvimento das narrativas. A esse respeito, Raymundo Faoro (2001) destaca que em geral, o enriquecimento na ficção machadiana resultava em uma vida ociosa e agitada socialmente, com a frequência à

bailes e salões. A herança ou o casamento com herdeiros ricos eram os caminhos mais diretos a tal situação, concebida como ideal. A herança e o casamento abastado garantem ao herdeiro não apenas os bens do testador, mas a liberdade de se livrar de trabalhos manuais, vistos como indignos e ultrajantes (FAORO, 2001; CHALOUB, 2003).

Ao refletir sobre *Quincas Borba*, que nasceu em família abastada, empobreceu a ponto de viver na rua mendigando e depois herdou a herança do tio, Gledson (1986) destaca se tratar de um personagem pouco representativo no que se refere à mobilidade na estratificação social. Borba se moveu muito, em uma sociedade rígida em termos de mobilidade. Gledson observa que a estrutura da sociedade brasileira era mais rígida na primeira metade do século XIX, período no qual *Quincas Borba* viveu a maior parte da vida, do que na segunda metade do século. De acordo com o historiador, é possível perceber essa mudança na estrutura social, que de fixa e estável torna-se mais fluida a partir do final da década de 1860. Acompanhando os romances de Machado de Assis, a narrativa de *Quincas Borba*, compreendida entre 1868 e 1871, nos apresenta uma sociedade mais variada do que a dos romances anteriores, como *Helena*, por exemplo, cuja ação transcorre na década de 1850. *Quincas Borba* nos apresenta uma sociedade estratificada e hierárquica, na qual a mobilidade é possível e ambicionada:

podem ser encontrados meios para atravessar as águas traiçoeiras – moças provincianas podem aprender francês e tocar piano, humildes comerciantes, ex-seminaristas, podem aspirar a possuir bancos, filhas de funcionários públicos podem organizar comissões de caridade... e assim por diante (GLEDSON, 1986, p.67).

A mobilidade social se acentuará em *Esaú e Jacó*, conforme veremos na segunda parte da pesquisa e na conclusão. Passemos à análise de Rubião, o herdeiro universal de *Quincas Borba*.

Rubião, o Herdeiro Universal

Rubião é a personagem principal do romance e em torno dele a narrativa se desenvolve. Se trata de uma personagem cuja trajetória é, ao mesmo tempo, extraordinária e trágica. Extraordinária por se tratar de um humilde professor no interior de Minas Gerais que, de forma fortuita, herda uma grande fortuna. Este homem migra

para a corte e passa a viver uma vida luxuosa. Entretanto, se cerca de falsos amigos, gasta a ponto de arruinar sua riqueza e, finalmente, perde o juízo.

Logo no início da narrativa, há uma cena digna de nota. Ao se mudar para o Rio de Janeiro, na estação de trem de Vassouras, Rubião conheceu Cristiano Palha e sua esposa, Sofia. Palha, ao ver Rubião com uma expressão satisfeita, em meio a tantas pessoas carrancudas, tratou de puxar conversa. Sondando o terreno, falou mal do governo, que pretendia intervir abolir a escravidão no Brasil. Mas para espanto de Palha, Rubião não compartilhava sua contrariedade. Rubião revelou que pretendia vender os escravos que herdara.

John Gledson destaca a importância desse trecho:

Além de datar o início do romance, em termos políticos (o primeiro discurso do trono a mencionar a “questão servil” foi em 1867), ele introduz, de maneira aparentemente improvisada, como parte da conversa cotidiana, a crise e sua origem mais substantiva, a questão do que fazer com relação à escravidão. Também situa Palha e Rubião nesse contexto. Palha, que veio de Vassouras onde, sem dúvida, não estava passando férias, obviamente tem interesse na manutenção da escravidão: é previsível, como também o é a suposição de Palha, de que qualquer pessoa da classe deles partilhará seus pontos de vista. Por que Rubião se situa numa posição diferente? Sua atitude é surpreendente, embora esteja longe de ser revolucionária. Ele aprova o respeito demonstrado no discurso pela “propriedade atual” (...) e planeja *vender* (não libertar) os escravos que lhe restam (1986, ps.92, 93).

Sidney Chalhoub, em “Machado de Assis Historiador” (2003), destaca que a primeira iniciativa de Dom Pedro II no sentido de emancipar os escravos foi em 1865. No ano seguinte, o Imperador recebeu uma carta enviada pelo Comitê pour l’Abolition de l’Esclavage solicitando-o a usar seu poder para acabar com a escravidão no Brasil. A resposta, enviada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmava que o império brasileiro lutaria pela emancipação, fato que surpreendeu proprietários de escravos e políticos, aguçando a polêmica discussão em torno da abolição. Além disto, havia forte pressão internacional a favor da abolição, principalmente pela Inglaterra. O capitalismo se consolidava na Inglaterra e no restante da Europa e a escravidão já não era interessante para os países europeus, na medida em que os escravos não recebiam salários e não eram, portanto, consumidores em potencial. Os processos de extinção da escravidão já haviam se consolidado no mundo e naquele momento o Brasil era o último país a manter a escravidão.

Entretanto, conforme ressaltou Chaloub (2003) extinguir a escravidão não era tarefa fácil. Primeiramente, devido à resistência dos grandes senhores de terras, muitos deles titulares e políticos. Em segundo lugar, a economia brasileira apoiava-se na mão de obra escrava e mudar isso não seria simples. Várias questões importantes se colocavam: a abolição era justa? Em caso afirmativo, qual a melhor maneira de realizá-la? Muitos abolicionistas eram favoráveis à emancipação gradual, mas, como tomar medidas nesse sentido, sem lentidão nem radicalismo? No processo abolicionista os senhores teriam direito à indenização pelos escravos alforriados? Em caso afirmativo, quem pagaria tais indenizações, o estado ou os próprios escravos? Quais seriam os critérios para avaliar quais cativos teriam prioridade à alforria? Como os libertos seriam integrados na sociedade? Como garantiriam o próprio sustento, uma vez livres, visto nunca terem sido preparados nesse sentido?

Machado de Assis não poderia simplesmente ignorar estas questões. Entretanto, como tratá-las? John Gledson (1986) afirma que esse foi um enorme desafio para Machado ao escrever *Quincas Borba*. Chaloub destaca que essa questão representa um paradoxo na obra do autor:

Por um lado, parece claro que para Machado a crise da sociedade senhorial-escravista originava-se basicamente no processo histórico de emancipação dos escravos. Por outro lado, as referências à instituição da escravidão nos romances machadianos não são muito freqüentes e, ao que parece, nem centrais ao desenvolvimento da narrativa (2003, p.48).

De fato, a escravidão não é abordada ostensivamente em *Quincas Borba*. A exceção deve-se ao capítulo quarenta e sete, que não a discute, mas coloca seu caráter brutal em evidência. Se trata de uma lembrança antiga de Rubião. Ele era jovem e estava na corte. Passeando pelas ruas da cidade se deparou com o enforcamento de um homem negro. Mas o detalhe mais cruel é que o carrasco também era negro. Embora se trate de uma cena bárbara, ela se passa no passado e o romance não volta a abordar a questão da escravidão.

Voltando à narrativa, um dos aspectos que se destacam na estória de Rubião é a transformação pela qual ele passa ao longo do romance. Ao enriquecer busca refinar seus hábitos, maneiras e gostos, visando ser bem aceito entre pessoas de prestígio na capital do país. Raymundo Faoro (2001) destaca que um dos fenômenos da sociedade

da época, na qual coexistiam estamentos e classes sociais, era a transição de homens ricos para fidalgos.

A ociosidade das personagens se destaca no romance. Em *Quincas Borba*, temos a personagem homônima que, dispensada da necessidade de trabalhar, desenvolveu uma filosofia. Rubião, seu herdeiro universal, desfruta um elegante ócio: dedica seus dias à adquirir hábitos elegantes, fazendo e recebendo visitas, comprando artigos de luxo, lendo livros e revistas, freqüentando bailes, teatros, saraus... Carlos Maria, jovem abastado, também não trabalha; gasta o dinheiro de sua família numa vida hedonista. As mulheres também eram ociosas; na medida em que trabalhar fora de casa era impensável, elas viviam à toa, improdutivas. Não realizavam os serviços domésticos, feitos por criados. Sofia, D. Fernanda e Maria Benedita ocupavam-se com leituras de romances estrangeiros, o estudo das línguas francesa e inglesa, aulas de piano, pintura e bordados, além da decoração da casa, cuidados com os respectivos maridos, assim como bailes, teatros e outras diversões. Dona Tonica, embora trabalhasse em casa, pois não possuía criados, fora poupada da necessidade de trabalhar fora, pois o curto ordenado do pai garantia-lhe a subsistência.

A questão do ócio deve ser pensada juntamente às questões relacionadas ao trabalho. Na sociedade machadiana, estamental, de base escravagista, cujos critérios distintivos se baseavam na honra e no nascimento, os trabalhos manuais eram vistos como indignos. Os trabalhos prestigiosos eram relacionados ao direito, à medicina e à política (FAORO, 2001). O ócio tinha papel relevante, pois significava tempo livre para desenvolver habilidades valorizadas socialmente como, o domínio das regras de etiqueta, a proficiência em outros idiomas, a dança, a música, etc.

É importante ressaltar, contudo, que ao longo do romance, é possível perceber a existência de personagens que realizam atividades tipicamente burguesas, visando o enriquecimento, como é o caso de Cristiano Palha, especulador e comerciante. Entretanto, Palha se esforça por manter um estilo de vida elegante e sonha com um título de nobreza.

O Casal Palha

Ao conhecerem Rubião, Cristiano Palha e Sofia tinham, respectivamente, trinta e dois e vinte e sete anos; estavam casados há cerca de sete anos. Viviam medianamente; Sofia era filha de um funcionário público e Cristiano se dedicava à especulação financeira. A característica mais marcante do casal é o desejo de ascensão social. Além de riqueza, ambos almejam prestígio e passam por transformações semelhantes às de Rubião.

Ao longo de suas trajetórias, Palha e Sofia demonstram não terem pudores de praticarem atos moralmente questionáveis. Palha presenteia Sofia com vestidos decotados, visando exibi-la nas festas. Sofia, inclusive, exerceu um papel fundamental ao seduzir Rubião que, mais tarde, se tornou sócio de Palha.

A respeito de ambos, Faoro destacou: “O que há de singular em Palha, na sua falta absoluta de escrúpulos, é o abandono de um valor quase sagrado na sociedade do Segundo Reinado, o recato do casamento. O grande capital de Palha – capital fixo e não circulante – é a mulher” (FAORO, 2001, pg.260).

Ingrid Stein, no livro “Figuras Femininas em Machado de Assis” (1984), afirma que a sociedade brasileira do século XIX encarregava as mulheres de manterem o decoro, ao mesmo tempo em que exigia destas que fossem femininas e atraentes. A respeito de Sofia, Stein observa a dificuldade desta em desempenhar esse duplo papel, pois a mesma se via constantemente confrontada entre os limites do que lhe era permitido e negado:

Sofia não quer perder o cortejador que a envaidece (que além de tudo é rico, a presenteia fartamente e cuja amizade – devido ao dinheiro - interessa ao marido) e por outro lado também não quer encorajá-lo demais porque isto levaria a ter que se confrontar com uma situação que, como mulher “honestas” não lhe convinha (1984, p.95).

Apesar de ser uma mulher desejada, Sofia passou por uma situação que evidenciou a importância das normas sociais entre as elites. Sofia se apaixonou por um jovem herdeiro abastado, finamente educado. Carlos Maria, considerava Sofia bela e atraente, mas não deixava de reparar nela um defeito imperdoável: suas maneiras polidas haviam sido adquiridas tardiamente. Neste trecho, fica evidente a importância dada às origens familiares e aos domínios das regras de etiqueta.

Não obstante a origem humilde, o casal Palha melhora bruscamente de vida num curto intervalo de tempo: em aproximadamente três anos passam da mediania à riqueza. A trajetória ascensional do casal é acompanhada por mudanças bairristas: inicialmente, moram em Santa Tereza; posteriormente se mudam para a Praia do Flamengo. Finalmente, terminam em um palacete em Botafogo. Além de prosperarem financeiramente, ambos se empenham-se em elevarem seu *status*. Conforme destaca Faoro (2001) a respeito da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, não bastava ter dinheiro para obter notabilidade; era necessário se cercar de pessoas respeitáveis, frequentar bailes, salões e teatros, falar francês, ler romances estrangeiros, vestir-se com elegância e angariar influências. O mesmo vale para a sociedade machadiana. Palha e Sofia, à medida em que enriqueceram, mudaram de casa, hábitos e amigos.

Major Siqueira e Dona Tonica

Major Siqueira e dona Tonica, pai e filha, são amigos do casal Palha no início da narrativa, ainda nos tempos em que Cristiano e Sofia levavam uma vida modesta. Mas, já nesta época, o inquieto e ambicioso Palha fazia pequenas reuniões em sua casa, para convidados humildes, onde cantavam, tocavam piano, bebiam vinhos e desfrutavam um jantar mais farto que o de costume. Siqueira e Tonica eram figuras frequentes nestas reuniões íntimas.

Siqueira é viúvo, aposentado e mora solitário com a filha Tonica. Se trata de um militar. A respeito do exército, Faoro (2001) destaca que na obra de Machado só aparecem os tenentes, capitães e majores, enquanto os generais e almirantes estão ausentes. Faoro observa também o desprezo que Machado dirige aos militares: “Machado de Assis desqualifica o oficial do Exército com a nota do sarcasmo” (2001, p.403). De fato, é isso o que faz com Siqueira; o major, embora seja um homem de caráter, é um sujeito chato, maçante e aparece na narrativa como fracassado e excluído.

Falemos também de sua filha Tonica. Ao apresentá-la, o narrador nos revela seu estado civil, afirmando que a mesma era solteira e que já tinha trinta e nove anos. Ingrid Stein destaca que “Tonica representa a solteirona por excelência da obra de Machado

de Assis” (1984, p.83). Sua situação é dramática: é solteira numa sociedade cuja maior meta para as mulheres é o casamento. Apenas através do matrimônio as mulheres podem desempenhar plenamente os papéis sociais que lhes são designados:

A constatação de Gilberto Freyre – segundo a qual era o pai ou a família quem escolhia a profissão para o filho, e para a filha o marido – ilustra bem a função social destinada a cada um. O filho devia seguir uma carreira, constituir família, ter condições de manter mulher e filhos, e à filha era destinado o papel de esposa e mãe (STEIN, 1984, p.24).

Não cumprir estes papéis significava não se realizar plenamente. Portanto, permanecer solteira depois de determinada idade acarretava desprestígio e grande tristeza para a maioria das mulheres. Além disso, “a vida celibatária era pouco atraente para a mulher: significava viver na casa paterna, submeter-se aos seus regimes e, principalmente, permanecer economicamente dependente do pai” (STEIN, 1984, p.30). Apenas ao casar é que as mulheres passam a ter uma casa comandada por elas, mesmo que sustentada pelos maridos.

Apenas às mulheres das classes mais baixas o trabalho remunerado extra-lar era permitido, assim mesmo só em algumas atividades e acarretando um desprestígio inevitável. Nesse contexto, o casamento representava a única possibilidade de aumentar o prestígio e o *status* feminino:

Casar-se representava na vida da mulher uma função importantíssima, pois só com isto ela obtinha um *status* social mais elevado (...) Para a mulher - como para o homem – o casamento podia implicar ascensão social, mas, para ela, esta era a *única* maneira de alcançá-la, uma vez que não se lhe permitiam atividades que lhe possibilitassem promover-se socialmente por esforço próprio (Idem, 1984, p. 32).

Não é exagero afirmar que o casamento colocava-se, para as mulheres, no mesmo nível que profissão, carreira política ou riqueza para os homens (Idem, 1984, p.65).

A situação de Tonica é, portanto, muito delicada. Mas, mesmo cansada de esperar, ela não desiste; está sempre à procura de um marido. Quando conheceu Rubião na casa de Palha ficou interessadíssima, pois além de tudo, este era rico. Tonica não corria riscos se insinuando para Rubião. Conforme destaca Stein, “para a solteira não era tão problemático oferecer-se e apresentar-se como objeto cobiçável, uma vez que o objetivo a alcançar com este jogo, o casamento, era plenamente reconhecido, digno de empenho” (1984, p.93).

Tonica e seu pai viviam humildemente. É interessante notar que à medida que o casal Palha prospera economicamente, o major e sua filha decaem. E a decadência de ambos (assim como a ascensão do casal) foi acompanhada por mudanças de moradia: inicialmente, moravam em uma casa simples na rua do Senado. Depois, se mudaram para a rua Dois de Dezembro, onde permaneceram pouquíssimo tempo. Logo depois, se mudaram para um sobrado modesto. As acomodações eram simples e havia poucos móveis.

No final da narrativa, o major e a filha viviam com muita simplicidade. Eles não possuíam empregados como as demais personagens, além disto alimentavam-se escassamente e se vestiam mal. Tonica nem sonhava em ter jóias e vestidos como Sofia e Maria Benedita; tampouco um dote que despertasse o interesse dos pretendentes. Resignada com a privação, mantendo, no entanto, certo orgulho e dignidade, esforçava-se para esconder seus sapatos gastos.

O episódio que marca com mais clareza a pobreza de ambos é quando Rubião se oferece, sem convite, para jantar lá. Despreocupado, diz que irá quando lhe der vontade. O major e a filha ficam apreensivos; Tonica, após alguns momentos, tem a ideia de abdicar do vestido que espera há tempos para comprar alimentos em conserva. Estes seriam guardados para o dia que Rubião aparecesse por lá, pois assim, poderiam servir um jantar melhor.

Siqueira e Tonica fazem parte do rol das pessoas que foram cortadas do círculo de relações do casal Palha em seu processo ascensional. Por não possuírem recursos nem reputação, foram afastados. O major, ao perceber que ele e a filha estão sendo excluídos, sente mágoa e indignação. Ele percebe também, em contrapartida, a ascensão do casal Palha.

Além de pobres, o major e dona Tonica tornam-se marginalizados e passam a viver solitários e esquecidos. São *outsiders*¹ no mundo de Sofia, Palha, Carlos Maria,

¹ Uma breve definição do conceito de *outsiders* dada por Federico Neiburg na apresentação à edição brasileira do livro de Norbert Elias, *Os Estabelecidos e os Outsiders*, (2000):

“As palavras *establishment* e *established* são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade (...) a língua inglesa, o termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo. Eles possuem um substantivo

Maria Benedita, Dona Fernanda, Camacho, Teófilo... “São impotentes e supérfluos, numa sociedade ‘progressista’, egoísta, na qual representam o passado e assim são utilizados, até serem rejeitados e ignorados” (GLEDSON, 1986, p.67).

Siqueira, Tonica e Angélica (comadre de Rubião) são as personagens secundárias mais baixas da estrutura social de *Quincas Borba*. Abaixo deles estão apenas os empregados subalternos e anônimos, como as costureiras, cocheiros e lacaios, além dos escravos, evidentemente. Entretanto, é interessante observar como Machado constrói o Major e Tonica de modo intenso, detalhado, minucioso. Ambas são personagens extremamente complexas.

A respeito do tratamento dado por Machado às personagens humildes, Roberto Schwarz destaca:

Normalmente os escritores mais engajados socialmente consideram gente pobre como gente simples, gente que não tem psicologia nem complexidade. Machado, ao contrário, não faz a menor diferença entre um rico e um pobre quanto à sutileza. Para ele, o pobre é gente, como não é para nenhum naturalista, inclusive de esquerda (1982, p.325).

Camacho, advogado e político

João de Souza Camacho se formou-se em direito pela Faculdade de Recife, em 1844. Ao se mudar para o Rio de Janeiro começou a advogar, mas a política era sua verdadeira paixão. Antes mesmo de integrar algum partido político, escrevia para um jornal político, ainda na faculdade. Entretanto, o narrador zomba desta personagem, mostrando como a mesma escrevia discursos pomposos, que reproduziam chavões, sem apresentarem conteúdos significativos. John Gledson afirma que os artigos que Camacho escrevia continham uma “maravilhosa série de frases úteis para todas as ocasiões (são chamadas de princípios, claro): a primeira que junta os princípios da esquerda- ‘liberdade’- e os da direita – ‘ordem’- já serve de exemplo” (GLEDSON, 1986, p.84).

abstrato que os define como um coletivo: são o estalishment. Os outsiders, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social. (...) Superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-outsiders ilumina exemplarmente: as relações de poder”.

A respeito do importante papel da retórica no segundo reinado, Paulo Luis Esteves, em *Machado de Assis e o Self*, afirma:

A retórica atravessava todos os recantos da sociedade imperial: da religião às festas e cerimônias sociais, da política à imprensa e literatura (...) O gosto pela palavra escultural, pelo espetáculo da oratória, aproximava todas essas atividades por mais distantes que estivessem (...) a oratória espetacular identificava a superioridade do gladiador. A posse e manejo eficientes da palavra representavam a possibilidade de ingresso e ascensão no interior de um mundo público estruturado hierarquicamente (2003, p. 196).

Nos discursos de Camacho a retórica pomposa que nada diz é alvo de deboche por parte do narrador, que trata a situação com muito humor.

Camacho era enérgico, entusiasmado, combativo. Escrevia, lutava, se indignava. A política era uma questão central em sua vida, verdadeira obsessão. Obviamente, não se contentou apenas com artigos no jornal, quis seguir carreira na política. Tornou-se, primeiramente, membro da assembleia provincial; depois, da Câmara dos Deputados e, posteriormente, presidente de uma província de segunda ordem. Por ironia do destino, quando estava no governo leu nas folhas de oposição todos os nomes que usava antes contra os políticos da situação.

Camacho acabou por vir morar na corte, onde se tornou deputado da Conciliação dos partidos. John Gledson (1986) chama atenção para a litografia que há em seu gabinete: a do Marquês de Paraná, líder do gabinete de “Conciliação” (1853-57). Esse gabinete alcançou um acordo segundo o qual os liberais não estariam mais excluídos do poder durante o governo conservador. Isso porque o Imperador, através do Poder Moderador, provocava uma alternância no governo entre os partidos Liberal e Conservador. Assim, conforme aponta Raymundo Faoro, “raramente um deputado liberal se reelegeria numa situação conservadora, ou vice-versa. Este fato é conhecido e axiomático: deriva das famosas câmaras unânimes ou quase unânimes” (2001, ps.167, 168). Gledson destaca que os discursos de Camacho, que aliam tanto os princípios da direita quanto da esquerda, o tornam um político talhado nos moldes da Conciliação, inspirado no Marquês de Paraná, com frases que agradam saquaremas e luzias.

Entretanto, a carreira de Camacho decaía. Ele sonhava com o ministério, embora não conseguisse sequer um cargo de pouca importância. Estava fora do governo e não gozava de prestígio. Fora do governo, o ministério, cargo de altíssimo prestígio, se

tornava um sonho cada vez mais distante. Ser ministro era a ambição máxima dos políticos machadianos, conforme aponta Faoro (2001). Entretanto, as chances de Camacho vão se tornando cada vez mais remotas ao longo do romance.

Foi neste momento de decadência que Camacho conheceu Rubião, na casa de um conselheiro. Nesta ocasião se falava sobre uma seção da câmara em 1868, na qual o Poder Moderador depôs o gabinete liberal de Zacarias de Góes, chamando ao poder o conservador Itaboraí. O ato do Imperador foi considerado por muitos como despótico. John Gledson (1986) analisa os comentários de Camacho feitos a Rubião sobre este acontecimento: o político afirmou que os conservadores não permaneceriam no poder por muito tempo, por não quererem a Guerra do Paraguai, sendo que o Imperador os chamou ao poder justamente para dar continuidade à guerra. Além disto, os conservadores permaneceram no poder até o governo de Sinimbu, em 1878, ou seja, durante dez anos. Conseqüentemente, o leitor de *Quincas Borba*, em 1892, percebe a ingenuidade de Camacho. Trata-se de uma personagem ridicularizada pelo escritor.

Não era a política que garantia a subsistência dele e da família, mas a advocacia. Vivia razoavelmente bem. Raymundo Faoro destaca que aqueles que ambicionassem seguir carreira política deveriam ter recursos para se manterem no período em que estivessem afastados do poder, o que ocorria constantemente, devido ao revezamento dos partidos no governo e conseqüente deslocamento dos políticos. “Resultava daí a sobrevivência, na política, de uma camada plutocrática ou de profissionais com rendimentos constantes: fazendeiros, comerciantes, advogados, jornalistas, médicos, todos os que, no exercício da atividade política, não se desligavam das suas fontes de renda” (2001, p.168).

Sem nenhum cargo no governo, Camacho mantinha uma folha jornalística, *Atalaia*. Seu jornal não lhe rendia lucros, vivia ameaçado de parar. Mas, “não havia, fora do governo, quase que nenhuma atividade política capaz de animar as imaginações (...) a única maneira de manter viva a chama era o jornalismo” (FAORO, 2001, p.85). Aliado do poder, temeroso do esquecimento, Camacho mantinha sua folha como um recurso contra o ostracismo. Mas, conforme aponta Faoro (2000), ele não dirigia sua pregação ao povo, ignorante e distante da política, mas aos chefes partidários.

Entretanto, mesmo que o jornalismo brasileiro do Segundo Reinado não fosse dirigido às camadas populares, ignorantes e analfabetas, é interessante pensá-lo sob o ponto de vista da formação (ou prosseguimento da formação) de um “espaço público” no país, pois além de veicular informações, o jornal era um espaço deliberativo.

Faoro (2001) destaca a importância do jornalismo político na obra de Machado. Várias personagens envolvidas com a política possuem um jornal ou pensam em fundar um quando aliados do poder. Entretanto, o narrador de *Quincas Borba* ridiculariza este recurso:

A nota satírica demonstra que o sucesso da empresa estava temperado de pouca confiança, de muitas dúvidas. Seria uma irritada válvula de escape, na verdade imprópria a mitigar as dores do vencido e incapaz de dar vida a um defunto (FAORO, 2001, p.132).

Camacho viu em Rubião um possível financiador de sua folha. Falava-lhe sobre política, discursava; ao final pedia-lhe dinheiro. Bajulava Rubião a ponto de sugerir-lhe que se candidatasse a deputado: poderia contar com seu apoio, experiência e influência. O mineiro, que nunca se imaginara em tal papel, extasiou-se. Além do mais, seria bom voltar a Minas para rever Barbacena e preparar sua candidatura. Mas Camacho alertou-o que não seria necessário ir a Minas, pois deveria preparar sua candidatura na capital. Neste ponto, Machado toca, sem explorar, em um assunto importante: centralização política *versus* federação. Era a corte que detinha o poder político: nos interiores está “o eleitor, encastelado no distrito (...) antes do eleitor, mero número, quase um símbolo, estava o partido, e, antes do partido, de duvidosa coesão, reinaram os chefes, gravitando em torno da Coroa” (FAORO, 2001, p.121). Portanto, uma boa carreira apoiava-se em influências, angariadas na corte, centro político. Não obstante, “o deputado devia, para assegurar sua posição e incrementá-la, ter um olho pregado na capital, atento às manobras da cúpula, e outro vigilante nas notabilidades locais” (FAORO, 2001, 123). Isso porque embora a centralização fizesse com que o poder se concentrasse na corte, os vínculos locais entre candidatos e eleitores não deveriam ser ignorados.

Diante desse quadro, Camacho é uma exceção: sua carreira começara na província e chegara até a corte. Entretanto, ele não prosperou conforme esperava. Faltavam-lhe influências e apoio partidário. Ele, como os outros usurpadores de Rubião, também o abandonou quando esse já não lhe foi mais útil. Recebia-o com frieza, fingia-

se ocupado e despedia-se sem pesar; estratégias bem diferentes das que utilizava com ministros, titulares e com o próprio Rubião em seus tempos de glória.

Carlos Maria e Maria Benedita, um casal improvável

Carlos Maria entra em cena quando vai almoçar na casa de Rubião, logo que este chegou na corte. Trata-se de um jovem abastado, elegante e com ares superiores. O narrador o apresenta contrapondo-o a outra personagem, Freitas. Enquanto o último era simpático e simples, o primeiro era arrogante e frio. Freitas elogiava a casa do anfitrião, o almoço e os charutos, enquanto Carlos Maria comportava-se como se sua visita fosse um favor ao dono da casa. A situação social e econômica de ambos explicaria tal disparidade de atitude: Carlos Maria era um rico herdeiro, enquanto Freitas não tinha posses. O sentimento de superioridade de Carlos Maria se apoia em suas origens: trata-se de um rapaz de família renomada, rica e educada.

Carlos Maria humilha propositalmente Freitas durante o almoço. Este não rebate, pelo contrário, tenta lisonjeá-lo. Carlos reage com escárnio. Freitas, com raiva e sentindo-se humilhado, cala-se, suprimindo a vontade de xingá-lo. A verdade é que embora Rubião gostasse mais de Freitas, por uma questão de índole e identificação, ele prezava mais os vínculos com Carlos Maria, pessoa de maior consideração social.

Paulo Luiz Esteves, em *Machado de Assis e o self*, comenta o contraste entre Freitas, Rubião e Carlos Maria:

O narrador oferece o contraste que existe entre um naufrago que vive farejando as ocasiões para sobrevivência, o *parvenu* que persegue as oportunidades de prestígio, e o medalhão completamente formado (ESTEVES, 2003, p.149).

É possível perceber uma economia própria ao evento do salão, que torna necessária a presença do naufrago como forma de circunscrição do domínio continental: Freitas é necessário à existência de Carlos Maria. Ignorá-lo, desdenhar sua atitude servil, denunciar sua indiscrição e seu desconhecimento das rígidas regras do salão é fundamental ao medalhão como forma de demarcação de um continente ao qual nem Freitas nem tampouco Rubião pertenciam (Idem, 2003, p.149).

Nessa passagem, como em outras, vale a pena destacar a sociologia de Erving Goffman, que vê a interação social como uma representação teatral; os indivíduos (a quem chama de “atores”) ao interagirem com outros, trazem à tona as informações que

possuem a respeito destes. No caso de não conhecerem os indivíduos com os quais estão interagindo naquele momento, os atores podem, através da observação da conduta e aparência desses, obter “indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhes estereótipos não comprovados” (1975, p. 11). Os atores agem assim para definirem a situação da interação em que se encontram, preparando-se para ela, ao tempo em que tornam os outros capazes de compreendê-la, gerando um entendimento mútuo a respeito da interação. Uma vez informados a respeito da interação social na qual participam, os atores agirão de maneira a obter dos outros as respostas que desejam.

Goffman destaca que os atores são capazes de manipular as impressões causadas durante as interações sociais, de acordo com as situações, convenções, regras de comportamento público e os objetivos visados. “Independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam” (1975, p.13). É exatamente isto o que Carlos Maria faz durante o almoço na casa de Rubião. Por ser um homem de família renomada e rica, ao lidar com um homem de posses, sem renome e ainda com outro que não possui nenhuma das duas coisas, evidencia tais diferenças através do seu comportamento superior e frio. Carlos exige um tratamento melhor do que o dispensado a Rubião e, principalmente, a Freitas. Afinal, conforme enfatiza Goffman, “a sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada” (1975, p. 21).

Carlos Maria é uma personagem ociosa: não estuda nem trabalha. Ele se ocupa de passeios a cavalo, visitas sociais, bailes, teatros, viagens para a Europa. Ele se sente seguro em relação à sua fortuna; goza de estabilidade e tranqüilidade, não se preocupa com o desgaste do patrimônio.

Carlos Maria, por todas as características acima, era considerado um bom pretendente para as jovens solteiras. Entretanto, ele acabou escolhendo como esposa uma mulher que, em termos econômicos e sociais, contrariava as expectativas sociais. Ele se casou com Maria Benedita, prima interiorana e de origem humilde de Sofia, mulher

de Cristiano Palha. O casamento de ambos surpreendeu até mesmo os parentes mais próximos da noiva.

Carlos escolheu Maria Benedita justamente pela simplicidade da moça, que o tratava como um verdadeiro deus e lhe dispensava o tratamento que ele próprio julgava merecer.

Maria Benedita, de sua parte, realizou uma verdadeira proeza ao se casar com um homem de origem tão elevada, em uma sociedade de pouca mobilidade social. Benedita era filha de fazendeiros endividados, fato comum ao longo do segundo reinado brasileiro:

a fazenda, a estância ou o engenho de açúcar – todas as modalidades se encontram na ficção machadiana – não significam, necessariamente, opulência. (...) Fazendola não se traduz, ao contrário da tradição que certa parte da história lançou sobre o século passado, em riqueza, ou vida folgada. Ela coexiste com a mediania, a abastança e a dificuldade (2001, p.36).

Além disso, a alforria dos escravos era uma das principais questões da época. A narrativa aproxima-se de 1871, ano em que foi aprovada a Lei do Ventre Livre, fundamental no processo de emancipação dos escravos. Gledson destaca que Maria Augusta, fazendeira e mãe da Maria Benedita, é uma “figura típica deste período em que muitos fazendeiros (sobretudo da Província do Rio e do Nordeste) ficaram presos num processo de endividamento, quase sem capital além dos seus escravos” (1986, p.68).

Entretanto, mesmo vivendo situações precárias, Maria Benedita e Maria Augusta não queriam abandonar a roça. Benedita recebera uma educação sumária, condizente com os recursos da família e valores interioranos: lia, escrevia e dominava algumas lições de agulha. As tão valorizadas prendas sociais estavam fora de cogitação; mais valia saber cozinhar, costurar, cuidar da casa e do roçado.

Quando Benedita completou dezenove anos, Sofia começou a insistir para que ela refinasse sua educação: deveria aprender piano e francês, este último indispensável para várias atividades como conversação em salões e leitura de romances. A respeito da importância do francês, Sofia não estava exagerando:

O Rio de Janeiro imperial era, então, uma cidade que se despersonalizava, que abdicava do direito de ter características próprias, que se afrancesava em tudo por tudo. Comia-se à francesa, liam-se jornais franceses, ia-se a teatros em francês, vestia-se à francesa, num mimetismo tão flagrante, tão visível, tão violento (...) (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p.128)

Dona Maria Augusta opunha-se, argumentando que jamais soubera falar francês, assim como seus conterrâneos. Tampouco considerava o piano e as danças importantes. Acreditava que Benedita não precisava disso para casar, pois não lhe faltariam pretendentes. Benedita vivia um constante conflito: tinha vontade de ficar na cidade, mas logo depois sentia saudades da roça e desejava voltar.

Benedita só decidiu ficar na corte e completar sua educação certa noite em que Carlos Maria pediu-lhe que tocasse piano. Ela, que já o amava em segredo, frustrou-se por não saber tocar. Decidiu rapidamente que era preciso aprender. O problema seria convencer a mãe, extremamente conservadora. Palha foi quem a persuadiu, argumentando sobre a importância do casamento para Maria Benedita, principalmente caso a jovem ficasse órfã, afinal, alguém precisaria garantir a subsistência da jovem. Neste trecho, é reforçada a ideia de que a principal possibilidade de subsistência para as mulheres de classes médias é o casamento. O trabalho é colocado apenas em último caso, assim mesmo apenas em algumas atividades. O trabalho fora de casa é reservado às mulheres de classes mais baixas, que não possuem outros recursos.

Maria Benedita ficou na corte, recebendo nova educação, visando se aprimorar para aumentar as chances de conseguir um casamento com algum homem de classe elevada. Tinha dois professores, “sabedores do ofício” (QB,68). De sua parte, era aluna dedicada e aprendia com facilidade. Sofia a levava a toda parte: teatros, bailes, passeios, visitas e reuniões. Presenteava-a com chapéus, vestidos novos e jóias. Benedita passou por rápida transformação. Em pouco tempo, se casou com Carlos Maria, garantindo seu futuro e coroando sua entrada para as altas rodas sociais. Eis mais uma personagem trãnsfuga de sua classe. A jovem, antes roceirinha simples e ignorante, transformou-se em uma bela moça da corte, esposa de um homem de posses e renome. Esse fenômeno indica uma certa fluidez na estrutura social. Conforme afirma Gledson, “Maria Benedita não é um *bijou*, mas pode rapidamente ser transformada em um” (1986, p.97).

Após o casamento, Carlos Maria e Maria Benedita vão morar na Europa. Conforme as expectativas, Benedita torna-se uma verdadeira devota do marido. Ama-o, louva-o e, ao contrário de muitas mulheres machadianas, é completamente submissa. Qualquer demonstração de insatisfação do marido a transtorna. Ao voltarem para o

Brasil, Benedita está grávida e se sente um templo sagrado à espera do filho de um deus. Por essa razão, oculta ao marido as náuseas e desconfortos da gravidez.

A cena final em que ambos aparecem resume bem a relação do casal: Maria Benedita, grávida, está em pé, afagando os cabelos do marido. Ele não se mexe; sentado em uma cadeira, lê tranqüilamente um artigo que, obviamente, muito lhe interessa: é sobre a estatueta de Narciso, do Museu de Nápoles. Maria Benedita vai diminuindo os afagos, soltando suas mãos dos cabelos dele e sai da sala pé ante pé, para não incomodá-lo.

Dona Fernanda e Dr. Teófilo: beneficência e política

Dona Fernanda é casada com Dr. Teófilo. Ela entra na narrativa ao participar da comissão de caridade organizada por Sofia, durante uma epidemia em Alagoas. Estava entre as elegantes senhoras da alta roda. Se trata de uma mulher enérgica, acostumada ao mando. Ao falar sobre ela, o narrador não deixa de mencionar a posição social de seu marido, que é, em última instância, o que define a sua própria posição. Teófilo é bacharel, deputado e provável ministro de estado, ponto alto da carreira política. Dona Fernanda, enquanto esposa, vive confortavelmente e ocupa uma prestigiosa posição social. Podemos crer que ambos vêm de famílias abastadas. O fato de Teófilo ser bacharel indica isso, pois, afinal de contas, formar um bacharel era dispendioso para as famílias, que geralmente tinham que bancar o estudante fora do Brasil. Além disso, Teófilo seguia carreira na política. Conforme visto no capítulo sobre Camacho e observado por Raymundo Faoro, a carreira política no segundo reinado não começava a partir do zero:

O ponto inicial é uma posição privilegiada, isto é, uma posição que o pretendente não conquista, mas que obtém ou herda. Embora a ascensão política seja possível, se assegure a escalada aos mais ambiciosos, astutos ou melhor qualificados, o primeiro passo está predeterminado, senão rigidamente, ao menos dentro de modelos fixos. O que daí sai é uma aristocracia, mais ou menos aberta, flexível ou estável, e não uma democracia com a plena igualdade de oportunidades (2001, p.114).

É bem provável que Dona Fernanda também viesse de uma família rica; primeiramente, por ser prima do abastado Carlos Maria e, em segundo lugar, devido à sua fina educação.

D. Fernanda dividiu a opinião dos críticos. Guilhermino César, em *Dona Fernanda, a gaúcha do Quincas Borba*, afirma:

Ali, onde tudo é luta dissimulada em torno das posições sociais, do poder político e do dinheiro, D. Fernanda constitui uma exceção. Poderíamos acrescentar: na obra de ficção do mestre brasileiro, a presença desta senhora recorta uma enseada tranquila, de águas translúcidas, junto a um mar raivoso de misérias e ambições (1965, p.5).

Já Ingrid Stein, em "Figuras Femininas em Machado de Assis", destaca o estudo de John Kinnear sobre esta personagem, no livro "The Role of Dona Fernanda in Machado de Assis' Novel 'Quincas Borba'": "John Kinnear, (...) defende a opinião de que na prática do bem pela personagem entra uma boa dose de autoglorificação e autocontemplação da própria bondade", o que a tornaria superficial e interesseira. (STEIN, 1984, p.109).

O fato das opiniões sobre o caráter de Dona Fernanda não serem unânimes deve-se, provavelmente, à maturidade atingida pelo escritor Machado de Assis: perspicaz, não criava personagens maniqueístas, heróis bondosos ou vilões maléficos. Todas as suas personagens da segunda fase são profundas e contraditórias, apresentam características positivas e negativas.

Assim, Dona Fernanda é caridosa e altruísta, mas vê-la como uma personagem completamente diferente das demais, servindo-lhes de exemplo e absolvição não combina com o estilo machadiano. Entretanto, uma posição muito radical, que a enxergue como absolutamente calculista e preocupada exclusivamente consigo e sua reputação, não lhe faz justiça. Fernanda, como as demais personagens machadianas da segunda fase, possui características antagônicas e contraditórias.

Passemos agora à Teófilo, uma personagem apaixonada e obcecada pela política. Diferentemente de Camacho, que bajula os poderosos e faz discursos pomposos e vazios de conteúdo, Teófilo era um homem concentrado no trabalho. Se dedicava à política intensamente e sofria com suas reviravoltas.

No início da narrativa sua carreira ia bem. Havia grande possibilidade dele se tornar ministro e corriam boatos neste sentido. É claro que ele nutria expectativas, uma vez que o ministério era o sonho e aspiração máxima de todos os políticos, encontrando-

se abaixo apenas do senado vitalício e do Imperador. Obviamente, a posição de Imperador era inatingível. Entretanto, para os que ambicionassem o senado vitalício, o ministério seria um passo fundamental.

A jornada de Teófilo em busca de uma pasta ministerial foi longa e lenta, feita de muito trabalho. Entretanto, no momento em que mais esperava, os ministérios foram formados e ele não fora chamado. Teófilo ficou transtornado. Havia sido preterido por pessoas que não trabalhavam tanto quanto ele. Entretanto, conforme aponta Faoro, o caminho para o ministério não é o trabalho árduo, mas as politicagens, influências e discursos retóricos:

Enquanto o deputado se debruçava sobre os pareceres, compilando números e fatos, seus colegas criavam reputação com palavreiro e grandiloquência. Ocupavam o tempo, o tempo que lhes sobrava da caça às imagens e às antíteses, na caça ao ministério, com a bajulação, a intriga e a cabala. (...) estes eram os homens que subiam, aptos para o combate parlamentar, destros nas competições interiores dos partidos (2001, p.139).

A respeito de Teófilo, Faoro observa, com muita propriedade:

Este, na verdade, não era intrigante, leviano, nem farsante, mas tinha um defeito maior: estava fora do jogo. Sua atividade correta, metódica, feita de trabalho constante, o deslocava da verdadeira esfera do poder, que distribui pastas e galardo a esperteza. Seria um ingênuo se a ambição não o maculasse – porque a ambição macula, no curso da ficção de Machado de Assis (2001, p.140).

Teófilo não foi o único a cobiçar uma pasta ministerial e se frustrar. Raymundo Faoro (2001) observa que Machado de Assis não trata em sua ficção de personagens tão altos na hierarquia política quanto ministros. Do mesmo modo, nenhuma de suas personagens se eleva acima da condição de barão.

Mas apesar da grande decepção em relação ao ministério, nem tudo estaria perdido para Teófilo, pois o mesmo acabou obtendo a presidência de uma província. Não era o que Teófilo realmente ambicionava, mas pelo menos estaria oficialmente dentro da política.

Comadre Angélica

Angélica, comadre de Rubião e personagem secundária tem uma participação pequena, não obstante, interessante, pois representa um elo entre o início e o final da narrativa, que por sua vez, é cíclica. No início do romance, quando Rubião recebe a notícia da morte do filósofo, ele manda o cão de presente para a comadre, que mora em uma casa simples, distante e cheia de animais. Entretanto, ao abrir o testamento, soube que a única condição para que ele se tornasse herdeiro universal do testador era a guarda do cão. Desesperado, correu à casa da comadre para recuperar o cachorro. Logo depois, herdeiro e cão foram para a corte, onde o primeiro conheceu um novo mundo e desfrutou as regalias da vida elegante. Entretanto, ao se arruinar e voltar ensandecido para Barbacena, acompanhado pelo cão, quem o reconhece e acolhe é Angélica. Ao perceber que Rubião delira, ela chama um médico para ele; não por acaso, o mesmo que cuidou do filósofo Quincas Borba. Assim, Angélica representa um elo entre o início e fim da narrativa.

A narrativa não fornece informações sobre as origens e meios de vida de Angélica, mas se trata de uma personagem que vive em um mundo diferente das demais, por mais que estas últimas divirjam entre si. Angélica vive simploriamente; afastada do centro de Barbacena, na roça, cercada de animais. Não compartilha os valores, ideais e costumes das demais personagens, habitantes da corte. Ela ilustra, sem dúvidas, a diversidade das situações estruturais nas quais vivem as personagens da narrativa de *Quincas Borba*.

Segunda Parte: *Esaú e Jacó*

A Família Santos

A narrativa de *Esaú e Jacó* começa em 1871, no Rio de Janeiro, com duas finas senhoras, Natividade e Perpétua. Mas antes de falarmos sobre ambas, faremos um flash back para contarmos a história desde o princípio: em 1855, no período da febre das ações, Agostinho Santos (futuro marido de Natividade e cunhado de Perpétua) saiu de Maricá, cidade interiorana, para o Rio de Janeiro, buscando uma vida melhor. Com incrível sorte e intuição, comprou ações que valorizam imensamente e tornou-se próspero repentinamente.

Mas havia preconceitos contra os homens do povo que enriqueciam. Estes preconceitos estão implícitos no romance através, por exemplo, quando o narrador afirma que Santos ganhou muito dinheiro na especulação e fez com que os outros perdessem. Raymundo Faoro observa que “para Machado de Assis, ganhar dinheiro - fora do sistema da classe proprietária, a herança ou o casamento - induz sempre uma forma de fazer que outros o percam” (2001, p. 255).

O modo de pensar de Machado, no que diz respeito ao preconceito em relação à especulação financeira, ao lucro e ao enriquecimento repentino era comum à época em que viveu. Temos como exemplo o Barão de Mauá, contemporâneo ao autor, que foi muito criticado por suas iniciativas empresariais, acusado de só visar lucros:

(...) muitos dos que elogiavam os resultados tinham sérias dúvidas a respeito das intenções que o acompanhavam. Mauá não fazia empresas apenas porque gostava de trens ou lampiões; essas novidades eram apenas instrumento para um outro fim, os lucros. Ele só tocava para frente os seus projetos após avaliar as possibilidades dos resultados financeiros e, depois de implantados, julgava seu valor pelas entradas no caixa. Hoje, tal raciocínio é banal, mas para muita gente da época, que pensava como o imperador, esse comportamento revelava o grave desvio de caráter de colocar os interesses materiais acima do bem comum (CALDEIRA, 1995, ps.30,31).

Faoro destaca que esse preconceito em relação aos novos ricos devia-se ao perigo que eles representavam para a estabilidade da estrutura social: além de causarem inveja e servirem de exemplo ao meio do qual originaram-se, representam

uma ameaça às classes altas estabelecidas. Por essa razão são mal vistos nos altos círculos sociais que tentam ingressar:

O dinheiro andava casado ao prestígio social, mas não era, em si, traduzido em bens ou rendas, que explicassem a honra da supremacia. Esta existia fundada em outras bases – tradição, modo de vida, educação e origem fidalga. Prova a separação de uma camada a outra o altivo desdém com que era recebido, entre os afidalgados “homens bons”, o homem do povo enriquecido (2001, p.15).

Estes trechos remetem à separação das esferas social, econômica e política à que se referiu Max Weber (1982). Tal separação significa que a detenção do poder econômico nem sempre implica na obtenção de prestígio ou de poder político, e vice e versa. Conforme destacado, nas sociedades estamentais o nascimento, o sobrenome e as tradições de certas famílias é que conferiam prestígio, que muitas vezes estava associado ao poder econômico, mas não sempre. O poder político estava aberto às aspirações daqueles que possuíam prestígio e poder econômico, embora estes dois últimos não garantissem uma carreira política bem sucedida.

Não obstante as críticas e desconfianças, estes homens tocavam para frente seus negócios, obtendo mais lucros e tornando-se ainda mais prósperos. Ao longo destes processos, passam a ter acesso a certas informações que transformam seus modos de pensar e estilos de vida. Aprendem regras de etiquetas, convenções sociais, refinando suas maneiras. Através destas transformações vão ganhando lentamente respeitabilidade e prestígio, tornando-se aceitos, admirados e invejados. Este fenômeno, representado através da personagem Santos, reforça a concepção machadiana de sociedade aberta à mobilidade social:

O xadrez serve mal à comparação da vida: quem nasce peão não tem que ficar peão, quem nasce bispo não está proibido de cingir a espada. As posições não têm dono, há os que sobem e os que descem; há a luta para subir e crescer numa sociedade estilizada, mas fluida em sua textura, aberta às ascensões e às escaladas (FAORO, 2001, p.20).

Em *Esaú e Jacó* três personagens de origem humilde conseguem enriquecer: Santos, Natividade e Nóbrega.

Em 1871, ano em que a narrativa começa (os fatos anteriores são contados por meio de *flash backs*), Santos já desfruta uma posição privilegiada: enriquecido, possui duas casas, carruagens, está casado com uma senhora elegante que brilha

nas colunas sociais, gozando prestígio e estabilidade. No entanto, o narrador evidencia que sua ascensão social ainda não se completou. Santos sonhava com a baronia e com o senado, que confundia e ao invés de dizer que era vitalício, dizia eterno.

O narrador zomba de Santos e o ridiculariza em diversas passagens. Se trata de um personagem cuja trajetória é tortuosa, enriquecida por um golpe de sorte (segundo o narrador), sem educação formal. Santos vive de aparências, renega suas origens e imita os costumes das pessoas abastadas. Volta e meia comete alguma gafe. Mas aos poucos consegue se refinar e as críticas do narrador à personagem vão se tornando menos ácidas ao longo da narrativa.

Após enriquecer, assim como o casal Palha, Santos cortou do seu círculo social as pessoas humildes com as quais convivía. Uma dessas, João de Melo, parente de Santos, o havia procurado há alguns anos, querendo ser diretor de banco, como ele. Santos despachou-o sem demora para Maricá, onde lhe arranhou um emprego de escrivão. João de Melo por lá ficou, obscuro, vindo a falecer anos depois. Santos, ao saber de seu falecimento, colocou um anúncio breve e sem assinatura em um jornal carioca, comunicando sobre a missa de sétimo dia. As pessoas importantes, sem conhecerem o defunto nem o anunciante, não compareceram. A igreja escolhida era desconhecida e simples, condizente com a obscuridade do falecido. Santos e sua esposa chegaram à igreja num elegante *coupé* que chamou a atenção das pessoas modestas que lá se encontravam. Santos, ao perceber que era alvo de admiração e curiosidade, deleitou-se envaidecido. Em *Quincas Borba* o *coupé* de Rubião também causou grande impressão no velório de um homem humilde, aumentando aos olhos dos demais, a importância do defunto.

Faoro (2001) observa que a sociedade brasileira do Segundo Reinado, na qual viveu e escreveu Machado de Assis, foi marcada pela confluência de dois mundos, um em declínio e o outro em ascensão: a sociedade estamental e a sociedade de classes, respectivamente. A sociedade estamental era representada pela Família Imperial e pela nobreza que gravitava ao seu redor. Era essa que ditava os valores vigentes e as regras de conduta, servindo de modelo para toda a sociedade. O estamento firmava-se sobre as origens, os costumes e tradições fidalgas. Os nobres eram os detentores

da renda, do prestígio e do poder, caracterizando-se por um enorme sentimento de superioridade, devido não apenas aos seus bens, mas às suas origens e tradições.

Em *Esaú e Jacó* é perceptível o encantamento que a nobreza exerce aos olhos de um homem de origem humilde como Santos e aos olhos da maior parte das personagens. Tal qual Rubião e Cristiano Palha, Santos observa as maneiras, os hábitos e gostos das pessoas elegantes, procurando assemelhar-se a elas; não se satisfaz com a riqueza que possui, ambiciona mais: quer ter o prestígio e o *status* desfrutados pelos titulares, por isso precisa se educar, se portar de maneira adequada, se afidalgar, em suma.

Coexistindo com a ordem estamental havia uma sociedade de classes incipiente, que surge timidamente, ganha terreno aos poucos e expande-se até substituir de vez a sociedade estamental. Esse processo demora muitos anos, tendo início na colonização e completando-se apenas após os primeiros anos da República, sendo responsável pela transformação da estrutura social. A sociedade de classes organiza-se exclusivamente segundo critérios econômicos, tendo como expoente a burguesia, representada pelos banqueiros, especuladores, comerciantes, políticos profissionais, industriais, etc. É interessante que neste momento do romance, 1871, apesar de estar em plena expansão, a sociedade de classes ainda não domina a estrutura social. A burguesia brasileira é incipiente, insegura e Machado captou isso com grande maestria:

O burguês machadiano, com feições mais discretas, respira o mesmo ar dos burgueses de Molière. Sua burguesia não viu diante de si o terceiro estado, como classe que será tudo, divorciada das fantasias e fumos fidalgos. Ela circulará, nas suas páginas de ficção, sem consciência de sua missão revolucionária, inovadora e transformadora, mesclada, ora em tom leve, ora em cores pesadas, com a tinta do desdém e do ridículo (FAORO, 2001, p.17).

Assim como Palha, Santos é um burguês emergente em uma sociedade estamental, no início da segunda metade do século XIX, inseguro de sua posição, buscando nobilitar-se a qualquer preço. No final do romance, é possível perceber uma mudança na sociedade, na medida em que a nobreza entra em decadência com a Proclamação da República e a burguesia, conseqüentemente, se firma com mais segurança em sua posição, substituindo gradualmente os valores copiados da nobreza

por valores próprios. A ficção machadiana não viverá plenamente esse momento; mas deixemos essa discussão para quando formos analisar a personagem Nóbrega.

Voltando à narrativa de *Esaú e Jacó*, Natividade, esposa de Santos, também é uma personagem que transpõe as barreiras sociais. Ela fez isto por meio do casamento com Santos, quatro anos após o enriquecimento deste na febre das ações. O narrador não a critica por ter mudado seu *status* através do casamento, ao contrário do que faz com seu marido, enriquecido pela especulação. Pelo contrário, o narrador manifesta grande simpatia por ela, enfatizando sua beleza, firmeza de caráter e naturalidade.

Assim como Cristiano Palha, Santos conserva alguns gestos e comportamentos grosseiros, sendo incapaz de educar-se por completo. Tal qual Sofia, é Natividade quem aprende a se comportar de maneira polida, trazendo *status* ao casal.

Natividade tinha uma irmã mais velha, Perpétua. Apesar desta última ser uma personagem secundária no romance, ela é muito interessante, sobretudo pela posição social que ocupa. Desde o início da narrativa, ela já se encontra enviuvada; perdeu o marido na Guerra do Paraguai. O narrador não nos fornece maiores informações sobre este acontecimento, abstendo-se de qualquer discussão a respeito dessa guerra, além desta lembrança de que a guerra resultou em perdas de vidas. O narrador também não explora a situação de Perpétua, que era, não obstante, ambígua. Ela não possuía rendas ou uma situação pecuniária que a permitisse manter uma casa exclusivamente para si, com seus respectivos empregados, mantendo uma posição elegante de viúva sem filhos, dona da própria vida. Perpétua, não possuindo meios de viver por conta própria, foi morar com Natividade e Santos, passando a viver de favor. É nesse sentido que sua situação é ambígua: se por um lado ela vivia em uma bela casa em Botafogo, essa não lhe pertencia; vivia de favor, fato amenizado por ser favor de irmã e cunhado, mas, por outro lado, não perdia o *status* do favor. Perpétua era uma agregada. Sua situação não era das mais cômodas, ao mesmo tempo em que não tinha objetivamente do que se queixar: vivia bem, era respeitável e elegante. Acompanhava Natividade em passeios, almoçava com a família, era tida em consideração pelos gêmeos, por Aires, pelos Batistas. Foi ela, inclusive, quem sugeriu o nome de Pedro e Paulo aos gêmeos

e ficou felicíssima quando os nomes foram aceitos. Mas, mesmo sendo irmã de Natividade e cunhada de Santos, enquanto agregada mantinha-se discreta e atenta para não desagradar os donos da casa. Afinal, qualquer conflito poderia colocar sua subsistência em risco.

Roberto Schwarz, em “Ao Vencedor as Batatas” (2000), faz uma análise profunda sobre a situação dos agregados, os homens livres, sem recursos, no sistema patriarcal escravocrata, sobreviventes dos favores de proprietários respeitáveis. Nas palavras do autor: “o termo (agregado) designa uma figura que, não tendo nada de seu, vive *de favor* no espaço de uma família de posses (...)” (1977, p.19).

O comportamento religioso das personagens é um tema fortemente abordado na narrativa de *Esaú e Jacó*. Logo na primeira cena do romance, em 1871, Natividade e Perpétua consultam uma adivinha. Trata-se de saber qual será o destino dos filhos gêmeos da primeira. A narração prossegue envolta num clima sobrenatural, misterioso. A história que se seguirá, tendo os gêmeos como protagonistas, girará em torno dessa consulta e das vagas previsões da cabocla. Há polêmica em relação aos seus poderes de vidente: algumas pessoas acreditam e defendem-na enquanto outras não crêem e criticam-na. Não obstante tais dúvidas, Natividade acredita piamente no que a vidente lhe diz: seus filhos brigaram em seu ventre, mas teriam destinos gloriosos. Natividade passa a orientar sua vida em torno dessa previsão, vivendo em função desta crença, sob a expectativa de seus filhos serem grandes homens. As crenças atuavam como forças ativas, estruturadoras das atitudes das personagens. Suas ambições amparam-se em crenças supersticiosas, em sonhos e fantasias socialmente construídos, em um século em que o mundo ainda era “encantado” e o sobrenatural, real.

Faoro (2001) destaca que “a presença dos videntes e adivinhos, na obra de Machado de Assis, sofre uma dupla censura: a censura social, com o desprezo da classe alta pelas credices do vulgo, e a censura intelectual, do letrado sobre o ignorante” (2001, p. 508). Levando em conta essa reflexão, o autor analisa o comportamento de Natividade, Perpétua e Santos em relação às crenças religiosas e aponta a hipocrisia desses. Natividade tem uma conduta hipócrita na medida em que acreditava na cabocla, mas ninguém deveria saber que ela a havia consultado. Santos

também tem uma atitude hipócrita na medida em que condena a crença na vidente por medo da opinião das pessoas ilustres, mas intimamente acredita na cabocla e aguarda ansiosamente suas previsões. Também Perpétua é hipócrita: só defende a cabocla na presença de pessoas íntimas, além de justificar sua crença com base nas pessoas da alta sociedade que também crêem. Faoro (2001) afirma que Natividade declara-se publicamente católica pois está interessada em integrar-se à boa sociedade, praticante do catolicismo. Entretanto, a fé na religião católica não orienta e guia sua vida, tal qual ocorre em relação às previsões da cabocla. O único episódio em que foi à igreja é o da “Missa do Coupé”, no qual a exibição de seu vestido pareceu ser mais importante do que a missa em si.

Assim como sua esposa, Santos também se afasta do catolicismo, declarando-se espírita. Neste contexto entra em cena uma personagem cômica: o velho Plácido, mestre espírita de Santos. O narrador não o poupa, ridicularizando-o nas poucas passagens em que aparece. Traça o seu caráter destacando seu comportamento bajulador, mostrando como ele se desdobra para agradar o banqueiro, disposto a prever os destinos mais magníficos do mundo para os gêmeos. Anos depois, Plácido morre com a suspeita de ter enlouquecido. Há uma crítica a Santos, que permaneceu no espiritismo, mas distanciava-se da doutrina na medida em que seus negócios prosperavam.

Em 1881, há um acontecimento muito especial para a família Santos: a sonhada baronia. Trata-se de uma cena carregada de emoção, contada pelo narrador de maneira intensa, exagerada. O trecho enfatiza a importância de um título de nobreza é evidenciado: é ele que legitima a ascensão social dos Santos. Não importa mais de onde Santos veio e como enriqueceu, afinal de contas, ele é o Barão de Santos, rico, invejado e respeitado. Seus filhos gêmeos não terão, como ele, que ocultar suas origens e remodelar suas maneiras, pois já nasceram ricos e aos dez anos de idade vêem o pai tornar-se barão. Os gêmeos, desde sempre, receberam uma educação à altura de suas posições sociais.

Embora o título de barão lhe garantisse grande respeitabilidade, Santos ainda se diferenciava bastante dos nobres, no que diz respeito à ocupação e modos de vida.

Esses últimos não trabalhavam, viviam de rendas e aluguéis, enquanto Santos era diretor de banco e especulador:

Um título de comendador ou barão dourava o busto do empresário, mas não o nobilitava, visto que o nobre pertencia a uma camada diversa, composta, sob o ponto de vista profissional ou econômico, de letrados ou senhores de rendas. O homem que trafica - membro da classe *lucrativa* ou *aquisitiva* – para se qualificar socialmente, embriagou-se, perdidamente, na imitação do estilo ou nos traços secundários da classe proprietária e do estamento.(FAORO, 2001, p.249)

Faoro (2001) destaca um aspecto digno de nota: a extensa rede de títulos e condecorações que marcaram o Segundo Reinado, revelando “um rigoroso mecanismo de coesão de forças” (2001, p.40) centralizado na figura do Imperador. Piori e Venâncio, no *Livro de Ouro da História do Brasil* (2001) fazem uma análise deste mecanismo, observando sua importância e fortalecimento do Primeiro para o Segundo Reinado:

Assim, enquanto D. Pedro I concedeu dois a cinco títulos de “barão” por ano, seu sucessor elevou essa média para dezoito. É possível dizer, portanto, que durante o segundo Império, a cada dois meses tínhamos três novos barões muitos deles mulatos endinheirados pelo café, o que causava escândalo entre viajantes europeus racistas, como o conde de Gobineau, e era alvo do deboche popular. Risos à parte, essa sutil forma de conquistar os mandões locais serviu como uma maneira de compensá-los simbolicamente pela perda de parte do domínio que, sem interferências de poderes públicos, antigamente exerciam (PRIORI&VENÂNCIO, 2001, p.54).

Temos em *Esaú e Jacó* duas personagens que possuem títulos: o Barão de Santos e o Conselheiro Aires. Mas, pela própria alegria de Santos, fica claro que obter um título de nobreza não era nada simples:

Não se outorgava o título sem que o agraciado pudesse manter certo estilo de vida, de modo a honrar a tradição da nobreza. Um barão não poderia sofrer aperturas econômicas, nem mendigar, ou se arrastar nas casas de penhores. A baronia sofria um exame prévio, que definia a habilitação para o ingresso no estamento, com a *inspeção*, acaso escrupulosa ao tempo de dom Pedro II, em que não se desprezavam os padrões de moralidade convencional (FAORO, 2001, p.44).

Na cena em que o casal Santos recebe a notícia da baronia, chama a atenção não apenas a presença de escravos, mas a alegria destes ao comemorarem a mudança de *status* dos seus senhores. Trata-se de uma das poucas cenas em que há a presença de escravos. Aqui, têm nomes: João e Maria, coisa que não acontece com as amas-de-leite que amamentaram os gêmeos. Raymundo Faoro (2000) afirma que

nessa cena Machado coloca os escravos como *extensão* dos seus donos, a ponto de alegrarem-se verdadeiramente com o que alegra seus senhores. Além disso, destaca que ao aumentar o *status* do senhor, o do escravo aumenta também, pelo simples fato de pertencer a alguém importante.

Wagner Martins Madeira, em *Machado de Assis: homem lúdico*, comenta a respeito dessa cena em que os escravos comemoram a baronia dos seus senhores: “o detalhe terrível do diálogo, é a ausência de travessão nas duas falas, o que nos leva a um retorno da despersonalização” (2001, p.105). Além disso, o autor chama atenção para o fato do nome dos demais criados não ser enunciado ao longo do romance e afirma que essa “ausência de nomes para a criadagem, dos Batistas e dos Santos, revela o desprezo da elite política e econômica para com os desfavorecidos” (2001, p.104).

Os Gêmeos e Flora

Embora tenham nascido idênticos, os filhos gêmeos de Natividade e Santos possuíam temperamentos distintos. A rivalidade de ambos é sugerida desde o início: primeiramente, pela consulta à vidente. Somos informados que a gravidez de Natividade havia sido conturbada e a adivinha afirmou que esse fato se devia à briga uterina dos gêmeos Pedro e Paulo. Além disso, o título do romance faz referência aos gêmeos bíblicos Esaú e Jacó, que começaram sua rivalidade no ventre materno, ao disputarem a primogenitura. Afonso Romano de Sant’Anna, na “Análise Estrutural de Romances Brasileiros”, estuda a relação entre a história de Esaú e Jacó e a de Pedro e Paulo, destacando que ambas só possuem em comum a briga uterina dos gêmeos. Machado inspira-se nesse aspecto da história de Esaú e Jacó, fazendo com que suas personagens Pedro e Paulo tenham brigado no ventre materno. Porém, embora as duas histórias convirjam neste aspecto, o escritor distancia-se do enredo do mito mudando o desfecho de sua narrativa: enquanto Esaú e Jacó brigam, separam-se e reconciliam-se (mesmo que superficialmente) após quatorze anos, os filhos de Santos jamais conseguem se reconciliar. Os conflitos entre eles são marcados por duas rápidas interrupções e retomados logo em seguida. Ao final do romance, as rixas entre ambos permanecem em aberto.

Os gêmeos já nasceram numa posição social privilegiada. Desde muito novos foram cercados de atenção, carinho e conforto. Quando bebês mamaram nos seios de duas negras, “amas-de-leite”. O costume dos filhos das sinhás serem amamentados por escravas era muito comum no Brasil Império e está presente em rápidas passagens de *“Esaú e Jacó”*.

Na primeira vez que o narrador menciona a presença das amas, apesar da ênfase ser sobre a semelhança física dos gêmeos Pedro e Paulo, ele não deixa de se referir ao carinho que cada uma tinha pelo bebê que cuidava. Além do carinho que tinham pelos bebês, ambas se orgulhavam do ofício, chegando até a competirem entre si, comparando os seios. Nesta passagem, assim como na cena da baronia dos Santos, podemos perceber que há uma identificação do escravo com o senhor; o primeiro admira e internaliza os valores do segundo.

É interessante notar que os nomes das amas não são citados. O narrador se refere a elas como “as amas”, “as negaças” e, por último, “as amas-secas”, quando não tinham mais leite. Nesse momento são dispensadas, não sem lastimarem muito. Apesar de terem recebido ouro de Natividade como sinal de gratidão, fica claro que elas sofrem mais com a despedida do que os Santos. O fato de terem sido remuneradas e dispensadas significa que não eram escravas cativas da família Santos. Elas podem ser escravas alforriadas ou pertencentes a senhores que alugam seus serviços a terceiros (CHALOUB, 2003).

À medida que os gêmeos cresciam, a semelhança física entre ambos permanecia, a diferença de caráter se acentuava e a rivalidade aumentava. O narrador brinca muito com esses elementos, faz vários jogos com os contrários, mantendo “uma seqüência de oposições” (SANT’ANNA, 1974, p.129): Pedro era dissimulado, Paulo agressivo; Pedro identifica-se com a monarquia, Paulo com a república; Pedro estuda medicina no Rio de Janeiro e torna-se médico, Paulo estuda direito em São Paulo, tornando-se advogado, etc.

Um dos embates mais significativos entre os gêmeos diz respeito ao regime político. Quando tinham dezesseis anos, foram interrogados a respeito da data de nascimento de ambos. Eles nasceram no dia 7 de Abril de 1870, dia em que D. Pedro II assumiu a maioridade, colocando fim ao Período Regencial e iniciando o Segundo

Reinado. Paulo respondeu ter nascido no dia da queda de Pedro I, enquanto Pedro afirmou ter nascido no dia do coroamento de Pedro II. Esta foi a primeira manifestação de Paulo simpática à República e também a primeira manifestação de Pedro favorável à Monarquia. Neste momento, ambos ainda tinham ideias vagas, não eram propriamente opiniões políticas. Mas, à medida que foram amadurecendo, suas ideias foram se tornando mais definidas e fortes: Paulo tornou-se republicano e Pedro monarquista.

Através dos embates políticos entre os gêmeos, Machado introduz uma discussão muito polêmica de sua época: qual o melhor regime de governo, a monarquia ou a república? Entretanto, é inútil procurar qualquer tipo de posicionamento por parte do escritor, na medida em que ele se mantém neutro, abstendo-se de manifestar qualquer opinião a esse respeito. A narrativa se concentra nas diferenças de opiniões entre os gêmeos, mas sem eleger nenhuma delas como mais apropriada.

Alguns críticos destacam que esse modo de tratar as questões políticas com neutralidade, sem defender determinado ponto de vista, é tipicamente machadiano. Faoro afirma que “Machado não se aproxima da política senão como analista, alheio às sugestões de fórmulas. Não aponta nenhum remédio, não conhece terapêuticas para os males que devoravam a nação” (2001, p.78). Por isso é “inútil procurar em Machado de Assis a nota de revolta, a denúncia ou a indignação” (Idem, 2001, p.80).

Roberto Schwarz afirma não haver “combate de posições” na obra de Machado (1982, p.329). O autor faz uma análise riquíssima sobre o narrador machadiano da segunda fase, destacando a volubilidade que o caracteriza. Trata-se de um

narrador que a todo momento está se desidentificando da posição que ocupava na frase anterior, no parágrafo anterior, no capítulo anterior ou no episódio anterior... É uma espécie de desidentificação permanente, que leva, sucessivamente, ao abandono de todas as posições ideológicas importantes do tempo, não só brasileiras como, digamos, da cultura ocidental disponível para um brasileiro culto. Para exemplificar esse processo: o narrador numa frase toma o acento bíblico, na frase seguinte o acento científico, na seguinte é um cronista mundano, depois é comerciante descarado e assim por diante. Temos então uma espécie de mascarada retórica, em que vão sendo percorridas as posições ideológicas do tempo. Mas o essencial é que o romance de Machado não pára em nenhuma e é nisso que está a posição dele. O narrador percorre um conjunto de posições, repete o percurso até enjoar, mas sem se identificar com nenhuma delas, pondo como resultado final a nulidade de todas. (...) Este processo de desidentificação permanente

é que é, na minha opinião, a chave do estilo de Machado de Assis, a chave do seu humor (1982, p.316).

A mesma imparcialidade marca o episódio em que ocorre a abolição da escravatura, que é comentada rapidamente no romance, durante um único e curto capítulo. O narrador refere-se à Abolição, em 1888, como uma questão grave, mas não a discute. Novamente, a narração se focaliza nas diferentes opiniões e reações das personagens, no caso, os gêmeos. Pedro e Paulo foram favoráveis à abolição, mas por razões distintas. Pedro foi favorável por acreditar ser um ato humanitário e Paulo por achar que seria o início de uma grande revolução social e política, que culminaria na queda da Monarquia e Proclamação da República. O narrador não volta a tocar na questão da abolição, tampouco menciona o que ocorreu com os escravos da família Santos, que aliás só são mencionados no episódio da baronia dos seus senhores.

Ao narrar os acontecimentos que engendraram a Proclamação da República, Machado procede do mesmo modo: distancia-se da História, focalizando-se nas personagens. Ele trabalha detalhadamente a lapidação destas, que aparecem contextualizadas em situações peculiares, que as levam a manifestações diferentes perante o mesmo acontecimento. O autor mergulha no complexo mundo psicológico de Santos, Natividade, Pedro, Paulo, Flora, Batista, D.Cláudia, Aires e Custódio, fazendo com que o leitor entenda e compartilhe as diferentes reações e emoções de cada um deles.

Flávio Chaves, em “Romances para estudo – Esaú e Jacó” destaca que embora Machado de Assis situe *Esaú e Jacó* com grande precisão histórica, ele afasta qualquer possibilidade de registro jornalístico dos fatos mencionados, evitando que sua ficção subverta-se em “crônica histórica” (1976, p.99). Os acontecimentos históricos são tratados em função das personagens, propondo uma nova dimensão da sua ambiguidade; e são suas reações que ocupam o primeiro plano” (Idem, 1976, p.99).

Afonso Romano de Sant`Anna aproxima-se de Chaves ao afirmar que Machado não “se interessa em compor uma obra realista enquanto o Realismo se define como descrição e fotografia de uma realidade social e histórica” (SANT`ANNA, 1974, ps.120, 121).

Voltando à narrativa, embora as dissidências de opinião entre os gêmeos a respeito do regime monárquico e do republicano tenha causado desavenças entre ambos, esse não foi, contudo, o conflito mais intenso entre eles. A disputa mais conflituosa foi pelo amor da mesma jovem, a doce e etérea Flora. Essa disputa foi insolúvel na medida em que ambos a amavam e ela amava a ambos e não conseguiu se decidir, fato que conduziu a narrativa para o seu desfecho trágico.

Ingrid Stein, em seu livro “Figuras Femininas em Machado de Assis” (1984) destaca que

na literatura europeia do final do século XIX encontra-se com frequência um tipo de figura feminina caracterizado exteriormente pela suavidade, beleza, alvura, quase transparência. Trata-se de um ser frágil, lânguido, melancólico, doentio, necessitado de repouso e com a força de vontade um tanto paralisada, incapaz para a vida e vindo geralmente a sucumbir a ela: uma figura diáfana, etérea, em relação à qual igualmente não se fazem alusões à sexualidade – questão por demais real para seu delicado mundo (1984, p.112).

Esse modelo de personagem é conhecido como *femme fragile* e Stein acredita que Machado tenha se inspirado nele para a criação de Flora. De fato, desde o primeiro momento em que aparece até a hora de sua morte, Flora é cercada por uma aura de mistério, fragilidade e efemeridade.

Augusto Meyer, em “Machado de Assis: 1935 a 1958”, chama atenção para as duas metáforas utilizadas pelo narrador para descrevê-la, que melhor definem seu caráter: “vaso quebradiço” e “flor de uma só manhã”. Ambas remetem à efemeridade e transitoriedade, temas presentes em toda a narrativa. De fato, o leitor e as demais personagens pressentem Flora meio fora do tempo, do espaço. Ela é uma personagem cujo comportamento destoa das demais. Enquanto as moças da sua idade gostavam de bailes e passeios, Flora apreciava a solidão e se entregava à música, a qual lhe fornecia um mundo próprio. Em certa ocasião, enquanto todas as moças sonhavam com um casamento que lhes garantisse uma vida confortável, Flora recusou um casamento milionário por não amar o pretendente.

Ingrid Stein (1984) analisa o papel da mulher na sociedade machadiana. Através de Flora, fica evidente a discrepância dispensada aos dois sexos no tocante à educação: enquanto as mulheres das classes médias e altas tinham acesso apenas à educação básica, além de aulas de francês, piano, costura e outras atividades consideradas

“prendas” da sociedade, os homens destas classes tinham acesso ao ensino superior, muitas vezes realizado fora do Brasil. Num contexto em que as carreiras dos filhos eram escolhidas pelos pais, assim com os maridos das filhas, a “educação(...) ministrada refletirá estas expectativas sociais” (1984, p.24). Deste modo

Pedro e Paulo são ainda bebês e já se dá ‘a primeira escolha das profissões’, um seria médico, o outro advogado. Assim se faz, e Pedro estuda Medicina e Paulo direito. Já em relação a Flora, amiguinha dos gêmeos, não há por parte de seus pais nenhuma preocupação quanto a planos para seu futuro – exceto pela mediação de Dona Cláudia para que a filha se una a um dos dois irmãos (Idem, 1984, ps. 62 e 63).

Enquanto os gêmeos fazem um curso superior, Flora fica em casa, pintando, tocando piano e fazendo companhia para sua mãe. Como a maioria das jovens de sua classe social, seu destino é o casamento. Não é difícil imaginar que seus pais fariam gosto se ela casasse com qualquer um dos gêmeos. Bonitos, ricos, bem educados e filhos de barão, ambos eram muito bem vistos socialmente, sendo considerados “ótimos partidos”. Ambos, além de belos e elegantes, têm grandes possibilidades de carreira. A prova disso é que quando decidem se candidatarem a deputados, não encontram nenhuma dificuldade em se eleger. Ambos tinham os requisitos básicos para a carreira política: influências, *status* e dinheiro.

Seria muito interessante para Flora se casar com um dos gêmeos, dada a condição social dos rapazes. A donzela, por sua vez, era filha de um casal da classe média: seu pai era advogado e político que migrou do partido conservador para o liberal, tentando obter algum cargo no governo. Era a advocacia que garantia o sustento da família, pois a vida política era cheia de altos e baixos: em alguns momentos Batista (o pai de Flora) conseguia um cargo no governo, em outros, era aliado da política. Isto devido ao revezamento dos partidos conservador e liberal no poder, conforme discutido no capítulo sobre Camacho. Voltando à família Batista, como esta não possuía riquezas, renome e tampouco título de nobreza, o casamento de Flora com qualquer um dos gêmeos significaria ascensão social.

Entretanto, a jovem não se casaria com nenhum deles. O desfecho do romance é trágico: Flora, impossibilitada de escolher entre ambos, adoece e morre prematuramente. A narrativa termina pouco após a sua morte, com as rixas dos gêmeos em aberto.

O Conselheiro Aires

O Conselheiro Aires exerce um papel fundamental na narrativa pois além de personagem, é autor e narrador do romance, segundo consta na “Advertência” deste. Aires é um narrador complexo, assim como a própria estrutura de *Esaú e Jacó*, à qual está intimamente vinculado. Portanto, irei inicialmente abordar a problemática do narrador e da estrutura do romance, discutindo seu foco narrativo, a metalinguagem, a concepção de leitor modelo e seu papel no ato de leitura, bem como a ludicidade e o rompimento com o romantismo e o realismo evidenciados no texto. Discutidas essas questões (que parecem fugir ao objetivo da pesquisa, mas que são essenciais para entendermos Aires), irei me aprofundar na análise desta personagem: personalidade, comportamento e traços distintivos, assim como origem, trajetória, ocupação e modos de vida. Finalmente, discutiremos a postura cética de Aires em relação à política e à História, refletindo também a respeito do ceticismo na escrita machadiana.

Antes do primeiro capítulo de *Esaú e Jacó*, há uma advertência explicando sua origem e a escolha do título. Segundo essa, a narrativa foi escrita por um diplomata aposentado e encontrada em sua casa após seu falecimento. Foram achados também seis diários, nos quais o aposentado registrava suas memórias, dando-lhes o nome de “Memorial”. A advertência enfatiza que embora o diplomata seja uma das personagens de *Esaú e Jacó*, esses escritos não têm caráter biográfico.

A advertência situa o Conselheiro Aires como autor, personagem e narrador de *Esaú e Jacó*. Mas, tratando-se de Machado, as coisas não são tão simples. Há momentos em percebemos claramente que Aires é narrador e personagem, enquanto em outros temos a impressão que Aires é apenas personagem e a narração pertence a outra voz. A narração do romance é, portanto, um jogo sutil que surpreende o leitor, assim como têm feito com a crítica. Wagner Madeira, em “Machado de Assis: homem lúdico”, destaca que

a problemática do narrador de *Esaú e Jacó* é por demais conhecida. Machado de Assis fez uso de um intrincado jogo narrativo, que deixou a crítica dividida

sobre o papel do narrador. (...) Do emaranhado de formulações, ficamos com a certeza de que se trata de um narrador duplo, ambíguo, ficcional (2001, p. 62).

Madeira faz uma breve discussão a respeito do posicionamento de alguns críticos no que concerne ao foco narrativo de *Esaú e Jacó*. Primeiramente, cita Ismael Cintra, autor que acredita haver no romance “uma duplicidade de vozes originadas de uma mesma fonte, de um mesmo emissor, só que em tempos diferentes” (2001, p.54). Assim, o procedimento de Aires seria dual, narrando ora na primeira pessoa, ora na terceira. Para Afonso Romano Sant’Anna (1974) Aires não é o único narrador da trama. Há a constante intervenção da suposta pessoa que encontrou o manuscrito, o que a torna uma co-narradora. É ela quem escreve a advertência e publica a narrativa de Aires, fazendo também diversas críticas, comentários e reflexões a respeito do manuscrito do diplomata. Assim, ao contrário do que afirma Cintra, a duplicidade de vozes se originaria de fontes distintas: ao invés de um narrador, há a presença de dois, articulados de modo a produzirem efeitos interessantes:

Estamos diante de um romance que se pretende a leitura fingida de um manuscrito. Como, no entanto, sabemos que o manuscrito é imaginado por Machado, melhor talvez fosse dizer que temos não apenas dois narradores, mas duas escritas superpostas. A constituição do narrador 1 e do narrador 2 tem por objetivo proceder a um distanciamento na própria matéria narrada. Instaura-se, pelo menos, dois planos narrativos: na escrita fingida (Conselheiro Aires) flui a estória dos gêmeos, suas relações familiares e sentimentais, os envolvimento políticos; na escrita real (Machado) articula-se a montagem da estória, as anotações críticas sobre o imaginado texto de Aires, o aprofundamento de algumas observações e até discordâncias em relação ao manuscrito. Repete-se o mesmo jogo de relações que de um lado tem o enunciado (estória) e de outro a enunciação (articulação da estória), a tal ponto que se poderia de uma maneira simplificada tentar a seguinte proporção: Aires: Machado: enunciado : enunciação. (1974, p.123)

Sant’Anna (1974) destaca que através do segundo narrador, que articula, organiza e comenta a história contada pelo primeiro, *Esaú e Jacó* torna-se um romance de caráter metalingüístico, na medida em que é discutido durante todo seu desenvolvimento. A escrita, os métodos e a composição da obra se tornam temas fundamentais da narrativa.

Além da discussão a respeito da composição do romance, há também uma reflexão sobre as diversas possibilidades de leitura do mesmo, evidenciando a concepção machadiana de leitor ideal. De acordo com Sant’Anna, o leitor ideal de *Esaú*

e *Jacó* tem necessariamente que levar em consideração o segundo narrador e a enunciação.

A respeito da relação entre o texto, o autor e o leitor modelo, Umberto Eco, no “Conceito de texto”, afirma:

Devemos definir o texto como uma máquina preguiçosa que não executa todo o trabalho que deveria executar, e construída de maneira a pedir ao leitor que execute uma parte do próprio trabalho. Em outras palavras, o texto é um tecido cheio de buracos, repleto de não-ditos, e todavia esses não-ditos são de tal modo não-ditos que ao leitor é dada a possibilidade de colaborar, para preencher e dizer esses não-ditos. Em segundo lugar, para que o leitor de um texto possa proceder desta maneira, é necessário que o texto de algum modo, proponha uma imagem do Leitor Modelo que ele prevê (1984, p. 97).

Conforme destacado por Sant’Anna, *Esaú e Jacó* propõe claramente uma imagem do leitor modelo, que deve ser atento, perspicaz, que busque significados não evidentes numa primeira leitura. Wagner Madeira analisa o desempenho do leitor de *Esaú e Jacó*, que é solicitado a exercer

um papel dinâmico no ato de leitura. (...) Entretanto, ao exercer esse direito de concluir livremente, o leitor está sujeito à crítica, às vezes sarcástica, do narrador que faz jogo duplo: prevê e antecipa a interpretação do outro e, ato contínuo, assume seu próprio papel para negar a conclusão. Nada mais natural. Sendo apenas uma imagem projetada imaginariamente, o interlocutor não tem meios de exprimir suas supostas conclusões. Assumindo um jogo de âmbito dramático, o narrador empresta-lhe a voz para, em seguida, assumir a sua própria identidade (2001, p. 55).

Outro aspecto digno de nota é o caráter lúdico de *Esaú e Jacó*. Madeira destaca que o jogo ganha neste romance uma importância sem precedentes na obra de Machado. De acordo com Madeira, a temática do lúdico pode manifestar-se em uma obra literária em dois sentidos:

literal e figurado. Literal vem a ser a citação direta dos jogos, nominal. Não há segredos, truques, tudo é exposto, claro. (...) Não se pode dizer o mesmo quando ocorre em sentido figurado. Aí as relações se complicam, pois vêm as nuances, as intenções veladas, a linguagem tropológica, expressão do símbolo e da alegoria, da metáfora e da ironia (Idem, 2001, p.20).

De fato, encontramos inúmeras referências literais e figuradas aos jogos ao longo do romance. O décimo terceiro capítulo, intitulado “A Epígrafe”, é o mais importante sob essa perspectiva. Nele, ocorre uma suspensão do enunciado e o desenvolvimento da

enunciação. O narrador interrompe a narrativa para fazer uma analogia entre essa e o jogo de xadrez. De acordo com Sant`Anna, essa analogia pode ser interpretada assim: ao nível do enunciado, o enredo se desenvolve como um jogo de xadrez, sendo as personagens comparadas aos trebelhos e o autor ao enxadrista. Já ao nível da enunciação, esse paralelo não se refere ao jogo de xadrez, mas ao “próprio jogo da escrita” (1974, p.149), verdadeira obsessão de Machado. Este jogo consiste justamente na presença de um narrador duplo e ambíguo, no diálogo estabelecido com o leitor, assim como no debate sobre os métodos e a estrutura da obra. Machado joga, brinca com o leitor, fazendo e desfazendo a narrativa. Madeira (2001) afirma que Machado de Assis construiu sua obra como um jogador, estrategicamente, tendo domínio sobre os resultados da sua narrativa. John Gledson, sobre *Esaú e Jacó*, destaca que “o absurdo da trama é inteiramente intencional, sendo calculado o seu efeito no leitor” (1986, ps. 161, 162).

Em mais de um capítulo de *Esaú e Jacó*, Machado evidencia seu rompimento com o Romantismo, assim como sua não adesão ao Realismo. No capítulo “De uma reflexão intempestiva”, por exemplo, o narrador interrompe a narrativa para criticar as prováveis leitoras de folhetins açucarados, que só se interessariam nos romances pelos capítulos que tratam dos amores. Em outro capítulo, “O Regresso”, o narrador nos conta que Pedro e Paulo alvoroçaram-se para ver quem seria o primeiro a cumprimentar Flora, que regressava ao Rio de Janeiro. Os rapazes ficaram tão afoitos que quase caíram no mar, o que seria um excelente desfecho segundo o narrador, numa crítica aos romanescos finais felizes. Tais críticas são abundantes e não se restringem ao Romantismo. Há, por exemplo, um capítulo em que o Realismo é censurado em um dos seus fundamentos: o princípio da correspondência, ou seja, a concepção da arte como reprodução do real.

Ainda em relação ao Realismo, Wagner Madeira afirma que a própria estrutura de *Esaú e Jacó* representa uma ruptura com essa escola literária: “o efeito do livro dentro do livro representa o questionamento não só da técnica do romance, mas da própria arte

de representar o real, jogo de vozes, postura intrusa do narrador que contraria o Realismo, e sua objetividade calcada na ausência de narrador” (2001, p.53).

É, portanto, muito difícil classificar a obra de Machado. Conforme destacado por José Veríssimo, “o Sr. Machado de Assis não é nem um romântico, nem um naturalista, nem um nacionalista, nem um realista, nem entra em qualquer dessas classificações em *ismo* ou *ista*” (*apud* GUIMARAES, 2004, p. 279).

Discutidas as questões relacionadas ao foco narrativo e à estrutura de *Esaú e Jacó*, vamos analisar Aires com mais profundidade, considerando suas facetas de personagem, autor e narrador. Enquanto a maioria das personagens tem comportamentos e índoles duvidosas, Aires é um verdadeiro exemplo de equilíbrio, integridade e elegância. Aires tem como traço marcante de sua personalidade o “tédio à controvérsia”. Flávio Chaves (1976) destaca que numa narrativa por excelência ambígua como a de *Esaú e Jacó*, o “tédio à controvérsia” é, sobretudo, um recurso estrutural, na medida em que distancia o narrador das demais personagens, garantindo a objetividade dos relatos.

Chaves (1976) chama atenção para o fato de Aires ser o mais velho da trama, sendo também o mais maduro, experiente e sábio. Diplomata de carreira, é cosmopolita, conhecedor de diversos países e culturas e, por essa razão, tem uma visão de mundo diferente das demais personagens. Enquanto narrador, não apenas vive a ação, como reflete sobre ela constantemente. Onisciente, compreende aspectos da realidade obscuros para as outras personagens.

O conselheiro desaparece de cena durante alguns capítulos, nos quais transcorrem-se quinze anos, e reaparece aposentado. Encontra-se de mudança definitiva para o Rio de Janeiro, com o propósito de passar o resto de seus dias em sua terra natal. O narrador, ao descrevê-lo, enfatiza o efeito do tempo sobre seu corpo. Aires é sem dúvida quem mais sente “o peso do tempo”. Natividade também o sente, mas é principalmente através de Aires que Machado mais manifesta seu sentimento de impotência em relação ao tempo, irrevogável e impiedoso.

Logo que chegou ao Rio de Janeiro, Aires isolou-se da vida social, ficando entretido em sua própria solidão. Caminhava solitário pelas ruas e, em casa, passava o tempo reconstruindo suas lembranças. Chegou a reservar um grande móvel para guardar

retratos, cartas, bilhetes, relíquias e outros objetos aos quais tinha apreço. Relia e compunha o “*Memorial*”. Chaves (1976) destaca que essa atitude contrasta com a da maior parte das personagens, preocupadas unicamente com as etiquetas e a vida social.

Em relação à religiosidade, Aires também age de modo diferente: enquanto Santos, Natividade e Perpétua apresentam comportamentos hipócritas, Aires “não professa nenhuma crença religiosa. É irônico com a prática alheia sem convicção, dissimulada, sobretudo se sincrética, como de hábito dos personagens” (MADEIRA, 2001, p. 126).

Mas aos poucos, o aposentado se cansa da solidão e se volta ao convívio com os demais, passando a observar os comportamentos dos demais e a realizar anotações sobre o que via.

É necessário destacar a posição social deste elegante senhor. A narrativa não entra em particularidades relacionadas ao nascimento e à origem de Aires, mas fica claro através de seu estilo de vida, carreira diplomática, maneiras refinadas e boa reputação, que se trata de um representante da alta classe. Aires é um alto funcionário público, cuja posição é reforçada pelo título de Conselheiro concedido por D. Pedro II. Entretanto, a respeito das personagens com títulos de ‘conselheiro’ na obra de Machado, Faoro (2001) destaca:

Todos os conselheiros têm apenas o título, como honra e condecoração. Nenhum deles, Barros, Aires, Dutra, pertence ao Conselho de Estado, corporação reorganizada em 1841, integrado apenas de 24 membros. (...)

Trinta e tantos anos no exterior deram-lhe o título, e a gravidade do título o fez aceito em todas as rodas da sociedade da corte. Aires, cético e arreadio, com o tédio da controvérsia, não tinha influência de nenhuma espécie, influência social ou política. Contentara-se em conviver com suas amizades, sem escândalo e sem pompa (2001, ps, 45 e 46).

Aires, no que diz respeito à política, comporta-se como espectador que, descrente do jogo, contenta-se em assistir de fora, se envolvendo o mínimo possível, revelando uma postura cética e desiludida. Há dois episódios políticos importantes vividos por Aires: uma revolução em Caracas e a Proclamação da República Brasileira. No primeiro, exercia atividades diplomáticas em Caracas, quando ocorreu uma revolução que gerou a queda de um governo e ascensão de outro. Aires, ao lembrar-se deste acontecimento anos depois, comove-se mais com o encontro amoroso que teve com uma atriz no dia da

revolução, do que com o movimento político. Kátia Muricy destaca que esse episódio evidencia “a prevalência das razões individuais sobre as razões da história” (1988, p.80), tema presente em quase todos os romances da segunda fase machadiana, revelando uma postura individualista e cética do escritor em relação à História.

O ceticismo também marca o segundo episódio político vivido por Aires no romance: a Proclamação da República. Já aposentado e se sentindo distante da sociedade, Aires não se envolve nos acontecimentos políticos; não os leva a sério como Santos e Custódio. Soube da proclamação dia quinze de manhã, através de frases soltas que escutou aos transeuntes e dos boatos transmitidos pelo cocheiro que o levou em casa. Num primeiro momento, não acreditou que a monarquia havia sido deposta e a república proclamada; acreditou haver, no máximo, uma mudança de gabinetes. Só acreditou na República quando Santos, aflito, confirmou os fatos. A reação de Aires não foi de espanto ou medo. Tranquilo, quis acalmar Santos, dizendo-lhe que nada mudaria e que os bancos são fundamentais em qualquer regime político. O comportamento de Aires evidencia sua descrença em revoluções e em transformações profundas. Fica claro como ele evita se envolver em assuntos políticos, interessando-se mais pelo seu mundo particular. Faoro (2001) destaca que é uma constante na obra machadiana personagens a-históricas, que não participam de movimentos políticos, nem de grandes decisões; não são revolucionárias, não mudam os rumos da História, que é por sua vez, impessoal e maior, acima das possibilidades de ação individual.

Sobre o ceticismo machadiano, Kátia Muricy afirma:

Mais do que um aspecto da psicologia do autor, ele revela a radicalidade do texto machadiano na crítica dos mitos que ajudavam a implantar no século XIX os mecanismos de normalização da vida social brasileira: a crença evolucionista no progresso, as ilusões do cientismo, a pretensão humanista do pensamento liberal. Sua crítica dirige-se, assim, à articulação mais ampla das transformações normalizadoras oitocentistas, à racionalidade burguesa moderna (1988, p.16).

Ainda sobre o ceticismo machadiano, a autora tece comentários que se aproximam do que Roberto Schwarz (1982) afirmou sobre a retórica machadiana, que perpassou várias correntes filosóficas do século XIX, sem se identificar com nenhuma delas:

Preocupadas em recuperar Machado de Assis para uma tradição crítica da literatura brasileira, certas leituras têm, e com inevitáveis embaraços, procurado negar-lhe o individualismo cético, sem se dar conta de que nele – e não em um

entusiasmado progressismo – reside a força demolidora da crítica social na ficção machadiana (Idem, p.17).

Rita, a viúva

Rita é irmã de Aires e sua última parenta viva. Ela é viúva e mora solitária no Andaraí. Mesmo sentindo-se só, recusa-se a sair de casa para morar com o irmão: “já não saio daqui, senão para o cemitério” (EJ,32) disse-lhe certa vez. Ela tem apego ao lugar onde mora, provavelmente por ser onde viveu com seu falecido marido, o qual considera o melhor do mundo. Rita permaneceu viúva, fiel ao esposo até depois de sua morte, se recusando a se casar novamente. Por isto, cortou seus últimos cabelos negros e entregou-os à sepultura de seu amado. Sua atitude contrasta com a de Aires, que, quando casado, vivia como se fosse solteiro, e viúvo, não sofreu com a solidão. Ambos diferenciavam-se também em um aspecto importante: enquanto ele não gostava de controvérsias, ela era especialista em inventar motivos para conflitos.

Enquanto viúva, Rita goza de uma situação melhor que Perpétua, pelo fato de possuir casa própria, o que a livra da humilhação de ser agregada. Não temos informações a respeito do estado de conservação de sua casa, nem sobre suas rendas e situação pecuniária, mas o fato de possuir uma casa pressupõe a existência de recursos para mantê-la, herdados de seus pais e ou marido, uma vez que as mulheres da sua classe social não trabalhavam fora de casa e, portanto, eram incapazes de gerar seus próprios recursos.

Rita é uma personagem secundária em *Esaú e Jacó*. Ela ganhará um papel de destaque no próximo livro de Machado, *Memorial de Aires*, (último romance do escritor), cuja análise não será realizada na presente pesquisa. Aqui, a análise dessa personagem é breve, correspondente ao seu papel no romance. Rita só ganha certo relevo no final da narrativa, quando hospeda Flora em sua casa, no momento em que essa está no ápice de seu conflito em relação aos gêmeos. O contato entre ambas foi estabelecido por Aires. Flora, mesmo abatida, leva vida à casa de Rita, a ponto de remoçá-la. Rita queria a felicidade de Flora, por isso deu apoio para que essa se casasse com seu vizinho Nóbrega, um poderoso pretendente. Rita acreditou que esta seria a solução para os

problemas da moça e se envaideceu ao pensar que sua participação resolveria o drama da jovem. Não acreditou quando a moça recusou o pedido de casamento.

O comportamento de Rita é ambíguo, pois por um lado, acredita no amor e mantêm-se fiel ao marido falecido, mas ao mesmo tempo, crê que a condição financeira de Nóbrega seria suficiente para garantir a felicidade de Flora. Rita, ao falar sobre o pretendente, destaca sua posição social e os benefícios materiais que o casamento poderia proporcionar à moça.

Wagner Madeira observa um aspecto interessante dessa personagem:

(Rita) faz da viuvez uma devoção e só é lembrada pelo irmão Aires para efeito de cuidar da enferma Flora. Anima-se, de início, com o interesse da visitante sobre a história da madeixa deixada junto ao caixão do falecido. Mas, aos poucos, vai se delineando o habitual clima mórbido de sua casa. Rita encarna o mau agouro, a morte, do marido no passado, e de Flora, no futuro. (2001, p.111)

De fato, Rita cultua a viuvez e está intimamente ligada à morte, outro tema presente no romance. Flora passa seus últimos dias em sua casa e de lá sai direto para o cemitério.

A gente Batista

Batista, pai de Flora, é um político profissional em busca de poder e notabilidade. Ele e sua esposa Cláudia entram em cena no trigésimo capítulo “apimentando” a narrativa. São pragmáticos e não medem esforços para satisfazerem suas ambições políticas. Flora, filha única do casal, é, como vimos, uma jovem etérea e sonhadora, bem diferente deles. Tais diferenças são destacadas pelo narrador ao longo do texto.

Batista é um homem de quarenta anos, advogado e membro do Partido Conservador. Ele tinha verdadeira paixão pela política, mas não era audacioso, tinha o temperamento sossegado. Em compensação, dona Cláudia, sua esposa, era ativa e ousada e, motivada pela ambição, impulsionava o marido: dava-lhe ideias, cobrava-lhe atitudes, orientava-o nas crises políticas. Madeira destaca que “o qualificativo ‘D’, apenso ao nome Cláudia, traz embutida a ironia, expressa no despotismo da personagem em

relação às ideias políticas do marido Batista. Ele é um conservador ou liberal conforme o desígnio da dona, Cláudia” (2001, p.103).

A respeito do nome “Cláudia”, Madeira acredita que Machado possa ter se inspirado na personagem masculina Claudius, da tragédia shakespeariana *Hamlet*. Claudius é interesseiro e politiqueiro, com traços demoníacos. Madeira destaca haver outras fontes de inspiração para o nome Cláudia: dois estadistas romanos, Cláudio (censor de 312 a 308 a.C), construtor do primeiro aqueduto de Roma e da Via Ápia e, principalmente, o Imperador Tibério Drusus Cláudio, que governou a partir de 41 a. C.:

Corrupto, de caráter fraco, deixou-se dominar por sua mulher, Agripina, que o envenenou. A analogia com o casal Batista fica por demais evidente. O marido fora denunciado por corrupção numa concorrência de águas, o que se caracterizou um desbragado nepotismo. Tibio deixa-se influenciar ordinariamente pela mulher, que o manipula, o “envenena” nas decisões políticas (2001, p.104).

Batista, no momento em que aparece no romance, está sem nenhum cargo no governo e tenta reconstruir sua carreira política no interior do Rio de Janeiro, recurso que se revela estéril, frustrando suas últimas esperanças. Conforme discutido no capítulo “Camacho”, as influências políticas eram angariadas na capital, devido à centralização do poder político ao longo do Segundo Reinado.

Sem conseguir nenhum resultado em seus investimentos no interior, Batista se vê em uma situação delicada: seu partido estava no poder e apesar de ter amigos e influências no governo, não conseguiu nenhum cargo desde que fora exonerado da presidência de uma província; sinal de desprestígio e decadência. Batista queixava-se sobre sua situação, afirmando que sua exoneração se devia ao fracasso das eleições que havia coordenado.

Ao coordenar as eleições Batista contou com a repressão da polícia, o cerco às igrejas, ações judiciais e refere-se até mesmo à ocorrência de duas mortes, que embora não fossem “obra” dele, evidenciam o papel da violência no processo eleitoral. Raymundo Faoro (2001), em sua análise sobre as eleições brasileiras do Segundo Reinado, destaca a veracidade que há na fala de Batista. A disputa pelo poder restringia-se às elites, uma vez que não havia participação popular na política do período. Essa ausência de participação deve-se principalmente ao sistema eleitoral e ao voto censitário. Os analfabetos, que em 1876, por exemplo, constituíam 70% da população eram excluídos

do eleitorado. Dos 30% alfabetizados, a maioria não votava: eram excluídos os que não tinham “a renda líquida anual de 100\$000 por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos, além dos menores de 25 anos, dos filhos-famílias, das mulheres, criados de servir e religiosos” (2001,p.91). Rodrigo Motta (1999) destaca que ao longo do Império, o percentual de votantes era abaixo de 10% da população. Portanto, as eleições não representavam a população brasileira. O que havia era uma falsa representação, que além de tudo era descomprometida com as urnas, promovida por fraudes, violência e corrupção.

D. Pedro II organizava os gabinetes ministeriais, que por sua vez, organizavam as eleições, definindo os candidatos que seriam eleitos. Uma vez definidos estes candidatos, cabia aos presidentes das províncias tomarem as medidas necessárias para elegê-los. Para desempenharem essas tarefas, esses últimos contavam com a ajuda da Guarda Nacional, de cabos eleitorais e capangas, que amedrontavam e coagiam os eleitores, obrigando-os a votarem nos candidatos escolhidos. Desse modo, o sucesso das eleições era garantido através da opressão dos eleitores. O eleitorado era

mero objeto das caçadas eleitorais, lembrado apenas nas vésperas de eleições, não participava da luta pelo poder com a opinião, a vontade ou a resistência. Passivo, dele não se lembravam os políticos sequer demagógicamente, para lisonjear-lhe as aspirações. (...) a maioria se inclinava para o partido dominante, que jamais, de posse do ministério, afrontou uma derrota geral. Entravam, na definição da conduta acarneirada, diversas formas de coação: o terror de perder o emprego, se público, por infidelidade à situação, se particular, ao chefe, também dono do emprego, a presença dos capangas e dos capoeiras (2001, p. 159)

Assim, o imperador e a oligarquia ao seu redor governavam com independência da Constituição de 1824 e do eleitorado.

Embora Batista relacionasse seu afastamento ao fracasso das eleições, corria uma outra versão dos fatos. O ex-presidente de província teria se envolvido em um negócio comprometedor, relacionado à prática de concessões em troca de favorecimentos. D. Cláudia pensava de modo diferente: não responsabilizava o ostracismo político do marido ao fracasso das eleições nem ao escândalo da corrupção. Acreditava faltar-lhe a esperteza das politicagens e dos jogos de influência, visto que as eleições eram decididas antes de irem às urnas. Batista deveria, portanto, angariar influências: ser mais lisonjeiro com o Imperador e sua família, além de tornar-se mais

próximo dos chefes partidários, ministros, senadores... D. Cláudia está certa: a carreira de um político do Segundo Reinado era feita a partir de suas influências:

Havia uma carreira política, que começava de baixo e ia até ao ministério. Ninguém aparecia, arrancado da obscuridade, em pleno Senado ou no gabinete, feito de golpe, sem que atrás do cargo estivesse uma longa e paciente caminhada (FAORO, 2001, p.113).

O primeiro posto – deputado provincial ou geral- se alcançava com a bênção da influência, manipulada pelos influentes. Há, na identificação desse grupo, muita sombra, comum aos bastidores de todas as épocas. Influente é quem faz deputados e patrocina uma carreira política. O conteúdo da influência: herança, fortuna, exercício de um grande cargo, aulicismo, estilo de vida, grande nomeada na jurisprudência ou medicina, sobretudo a posição de comando num partido (Idem, 2001, p.114).

Voltando à narrativa, dona Cláudia tinha tal fascínio pelo poder que datava os acontecimentos de sua vida de acordo com os ministérios. É digna de nota a satisfação que ela sentia ao ler no jornal as críticas ao marido, feitas pelos seus opositores políticos. Cláudia sentia até uma espécie de volúpia quando lia as críticas. É genial a construção dessas duas personagens fascinadas pela política: em Batista, trata-se de uma espécie de doença, de sarna que ele não pode deixar de coçar. Em Cláudia, trata-se de uma volúpia, de uma sensação corporal de prazer. Não é difícil imaginar como ambos morrem de saudades dos tempos da presidência. Cláudia gostava de tudo: da viagem, das visitas a bordo, da chegada, das solenidades, da oficialidade... Faoro (2001) observa que ela manifesta seu fascínio pelo poder deslumbrando-se pelos seus aspectos exteriores e superficiais, como os vestidos, os chapéus, os acontecimentos públicos... Processo parecido ao que ocorre a Santos, que ambiciona o poder, mas não o alcança, perdendo-se em seus aspectos exteriores, como suas propriedades e título de barão. Como Faoro observa, nenhum dos dois alcança efetivamente o poder; acima deles é que se encontram os poderosos que definem os destinos da vida pública. Esses últimos não aparecem na obra de Machado, que não trata em sua ficção de figuras tão elevadas hierarquicamente, o que gera um obscurecimento sobre os mecanismos de poder. A omissão do senado, por exemplo, encobre

a teia de interesses que constituíam a chave do sistema de influências da política. Há um véu sobre as circunstâncias que determinam o passo de um deputado, que o elevam ou abatem, sombra que encobre os chefes, nomeados como figuras distantes, sem fisionomia, misteriosas (2001, p. 152).

A principal estória que ocorre com o casal Batista é a mudança de partido, por parte de Batista, que migra do partido conservador para o liberal. Isto ocorreu quando o partido conservador caiu, em 1889, e o liberal assumiu o poder. Batista migra de partido convencido por sua mulher, que acreditava que os liberais estavam firmes e governariam até o final do século. Cláudia via como única solução para a carreira de Batista a mudança de partido.

Novamente, Cláudia está certa. A única maneira de Batista voltar ao governo é migrando para o Partido Liberal e procurando alguém influente que possa indicá-lo algum cargo. Isto se devia ao revezamento no governo entre os partidos conservador e liberal, promovido pelo Imperador, através do Poder Moderador, ao longo de todo o Segundo Reinado. Entretanto, quando um partido retornava ao poder, não trazia toda a bancada deslocada anteriormente, deixando muitos integrantes de fora. Essa era a situação de Batista: quando seu partido estava no poder, ele havia ficado de fora. Quando mantinha esperanças de ser chamado, seu partido foi retirado. Conforme discutido anteriormente, não havia atividade política fora do governo. Portanto, um político deposto voltava às suas ocupações habituais: a medicina, a advocacia, etc. Nesse contexto, é importante destacar que

os líderes alijados do campo político poderiam se agrupar em círculos conspiratórios. Mas os movimentos radicais não florescem, dado o bloqueio exercido nos condutos do poder pelos dois partidos. A tentação dos políticos caídos, como o Batista, não seria a revolta, mas o engajamento ao partido oposto, colado ao poder (...) (2001, p.89).

E de fato, Batista não pensou em revoluções, nem em conspirações. Não pensou em alterar o funcionamento das instituições políticas; pensou antes em si mesmo, em se reintegrar à política, em mudar de partido. Mas, conforme Faoro destaca, mudar de partido não era algo simples, pois havia vários tipos de coerções aos trãsfugas:

A quebra da fidelidade partidária tinha suas sanções, que os partidos se esforçavam em manter vivas. (...) O dever de votar com o partido, ou, de modo mais familiar, o dever de votar com os amigos, seria respeitado, só transgredido discretamente e raras vezes. Ele podia levar ao banimento na próxima eleição, com o afastamento do nome da chapa eleitoral. A ausência de controle do eleitor era suprida pela vigilância dos chefes, que controlavam, rigidamente, o destino dos candidatos e os cordéis que alçavam ou abatiam os deputados. Estes

mecanismos tornavam difíceis as mudanças de campo. Havia, contra o tráfuga, o não aproveitamento na próxima eleição, promovida com o partido em pleno gozo da máquina do governo (2001, p. 82).

Batista sofreu verdadeiramente, indeciso ante as seduções de sua mulher e a fidelidade ao partido. Mesmo sentindo-se traído pelos conservadores, que não o chamaram quando estavam no poder, sentia-se profundamente vinculado a eles, revelando a força dos laços que o prendiam ao partido. Ao mesmo tempo, ao refletir sobre suas escolhas políticas, Batista admitia que só era conservador porque seu pai também o era, ou seja, por uma questão de tradição familiar, e não de princípios.

Esta reflexão de Batista evidencia a falta de ideologia entre os partidos. Batista era conservador não por acreditar nos princípios defendidos pelo Partido Conservador (como a centralização política, por exemplo), mas devido à influência de parentes e amigos. Mesmo assim, Batista sente-se fortemente ligado ao seu partido, revelando a força dos vínculos que os partidos mantinham com seus integrantes. Ainda neste capítulo, Batista começa a inventar desculpas a si mesmo para mudar de partido. Lembra que entre liberais e conservadores já não existia a distância que os distinguia em 1842 e 1848. Sem dúvida, a ponderação de Batista é pertinente. Entretanto, conforme afirma Rodrigo Motta na “Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros” (1991), embora liberais e conservadores tivessem a mesma origem social (proprietários rurais ou comerciantes) e comportamentos políticos muito semelhantes quando assumiam o poder, o que levava muitas pessoas a perceberem-nos como indistintos, acreditar em semelhança total é exagero. Ambos tinham diferenças importantes, a começar pela própria formação dos partidos: o Liberal surgiu como uma reação aos abusos do imperador D. Pedro I, que controlava o governo através do Poder Moderador. Os liberais, apesar de monarquistas, eram defensores da limitação do Poder Moderador, da descentralização política e conseqüente enfraquecimento do governo central. Reivindicavam mais poder e independência às províncias e ao parlamento. Já o Partido Conservador se constituiu em contraposição às reformas e reivindicações liberais. Eram favoráveis à centralização monárquica por temerem a desintegração do território brasileiro.

Batista, apesar de todo conflito moral, cede: tornou-se liberal, pleiteou um cargo no governo e conseguiu uma presidência em Mato Grosso. O narrador, que explora muito o seu conflito interior, não comenta a respeito das possíveis coerções sofridas por ele ao mudar de partido. Não deixa de mencionar, entretanto, o espanto da moça Flora e perplexidade de Aires ao saberem da novidade.

Raimundo Faoro afirma que em relação à política

as mulheres, pelo que se depreende das palavras de D. Cláudia (...), não acreditavam nos princípios e confiavam pouco na fidelidade partidária. Elas não sofriam ainda de paixões políticas, descrentes do conteúdo dos partidos, vendo neles apenas o governo, o governo em flor ou o governo em fruto, nada mais. Sem as mezinhas ideológicas dos homens, bebidas nos livros franceses e ingleses, enganavam menos, confundindo-se, no realismo, com o cinismo (2001, p 86).

Ao contrário dos Santos, os Batistas não gozavam de muita estabilidade. Sofriam constantemente com as reviravoltas políticas. Viviam num contínuo esforço não só para conquistarem como para manterem suas posições. Suas trajetórias são marcadas por altos e baixos: no início do romance, Batista apareceu afastado do governo, embora lá estivesse seu partido. Quando esperava ser chamado, os conservadores foram afastados. Convencido pela mulher, mudou de partido: tornou-se liberal e conseguiu uma presidência em Mato Grosso. Antes mesmo de embarcar, a República foi proclamada e sua presidência, cancelada. Logo depois, conseguiu uma comissão. Os Batistas foram para a comissão, mas para infelicidade deles, esta não durou mais que alguns meses. O Marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional e Batista, que tinha pensado em escrever um manifesto de protesto (liberal, diga-se de passagem), acabou não fazendo-o, persuadido pela mulher. Mas vinte dias depois, Floriano Peixoto tomou posse e restabeleceu o Congresso Nacional, anulando os decretos de Deodoro. Floriano renovou o pessoal do governo e Batista foi novamente afastado. Fora do governo, Batista ficou abatido e Cláudia foi privada de “suas excitações pseudo-sexuais” (GLEDSON, 1986, p.196). O casal regressou triste para o Rio de Janeiro. Mas Cláudia não desistiu: convenceu seu marido a procurar o marechal Floriano Peixoto e pedir-lhe um cargo no governo. Batista, sem escolha, encheu-se de coragem e lá foi, com discurso ensaiado e tudo. Alguns dias depois foi finalmente nomeado ao governo.

Através do casal Batista, Machado traça uma complexa teia de interesses, frustrações e reviravoltas relacionadas à vida política do Segundo Reinado. Os Batistas fizeram inúmeras manobras para conquistarem posições políticas. Através deles, Machado reflete sobre o fenômeno das influências políticas, das fraudes eleitorais, da falta de participação popular no processo decisório e do monopólio do poder entre as elites. Sua escrita revela decepção e descrença em relação à política, que enxerga com desencanto.

Custódio

É muito interessante a história de Custódio que se desenvolve em apenas três capítulos. A única personagem da trama com quem Custódio se relaciona é Aires. Sua história transcorre à margem das demais, podendo ser lida autonomamente. Esse recurso de escrever pequenos contos independentes do enredo principal e inseri-los ao romance é utilizado mais de uma vez pelo autor, como por exemplo, na história de Gouveia e na de Nóbrega, conforme veremos.

A primeira referência que temos a respeito de Custódio ocorre no capítulo trinta e dois, “O aposentado”. Neste, Aires conversa com Rita sua irmã sobre as coisas e as pessoas que não sofreram transformações ao longo do tempo em que ele esteve fora do país. Uma dessas pessoas era Custódio, proprietário de uma confeitaria aberta há quase quarenta anos, em 1860. A confeitaria localizava-se na rua do Catete, em frente à casa de Aires.

Mas Custódio só entra efetivamente na narrativa dezessete capítulos depois, quando procura Aires para contar-lhe que a velha tabuleta do seu estabelecimento estava apodrecida e por isso seria trocada. Mas, além dos custos que isso representaria, Custódio tinha apego à placa antiga e por isso estava triste. O diplomata consolou-o: ele deveria mesmo trocar a placa, desapegar-se dela, e arcar com os custos da nova tabuleta, que em breve lhe seria familiar. Custódio conformou-se, até porque já tinha autorizado o trabalho do pintor, que com tintas frescas escreveria na madeira nova o nome do estabelecimento: “Confeitaria do Império”. Isso ocorreu poucos dias antes da Proclamação da República.

Não é difícil supor o espanto de Custódio ao saber da República. Lembrou-se imediatamente da tabuleta e teve medo dos republicanos virem quebrar suas vidraças. Logo ele, um simples confeitiro! Nunca em sua vida se metera em movimentos políticos; não queria saber de governo, queria unicamente vender seus doces. Ficou desesperado; era preciso suspender o serviço imediatamente, até que arranjasse outro título definitivo. Do contrário, perderia a tabuleta e o dinheiro empreendido nela. Como verificou no dia anterior que o pintor já havia pintado “Confeitaria D”, mandou-lhe um bilhete no qual dizia: “Pare no D.” Mas o bilhete chegou atrasado; a placa já estava pronta. Custódio ficou ainda mais consternado quando soube que teria que arranjar outro título e arcar com a despesa de uma nova placa. Indeciso, procurou Aires novamente e a primeira solução que esse lhe deu foi que mudasse o nome de seu estabelecimento para “Confeitaria da República”. Mas Custódio alertou-o sobre a imprevisibilidade dos acontecimentos políticos e a possibilidade de haver uma reviravolta em breve e ele se complicar novamente. Aires sugeriu-lhe então que substituísse a palavra “Império”, por “Governo”, pois “Confeitaria do Governo” serviria a qualquer regime. Custódio lembrou-lhe que todo governo tem oposição e esta poderia causar-lhe danos. Aires pensou então em duas estratégias para aproveitar a placa recém pintada: pintar abaixo do título seu ano de fundação, estratégia que o distanciaria dos acontecimentos políticos recentes ou acrescentar os dizeres “das leis” em baixo da palavra “Império”. Custódio concordou que ambas as soluções eram boas, mas tinham o mesmo defeito: os dizeres acrescidos seriam menores do que o título, o que representava um risco, pois os revolucionários poderiam ler apenas as letras grandes e se revoltarem contra seu estabelecimento. A solução foi encontrada no nome do proprietário: a placa levaria os dizeres “Confeitaria do Custódio”. O proprietário queixou-se novamente com o diplomata a respeito dos gastos que teria com a nova placa, mas Aires afirmou-lhe que as revoluções sempre implicam custos.

Este é um dos episódios mais engraçados do romance e marca a dissonância entre a política e o individualismo burguês. Para Custódio, pequeno comerciante, pouco importa quem caia ou suba ao poder; ele preocupa-se unicamente com seu “ganha-pão”. Não se envolve com a vida política, embora sinta diretamente suas reviravoltas: “A

política, para a gente Custódio, será um jogo inacessível aos seus meios, misterioso, sinistro e perigoso. Dela, ele não participa” (FAORO, 2001, p. 313).

Faoro destaca que na ficção machadiana, ao lado de figuras eminentes, encontramos personagens que vivem modestamente, caracterizando-se por terem o que perder e pouco a ganhar. Trata-se de uma classe média, instável, ambiciosa, mas medrosa. “Nenhuma dificuldade em surpreender a sociedade média na ficção de Machado de Assis. Toda ela está nos saraus e nas reuniões íntimas, tocados de fina, aguda, penetrante zombaria, que desmonta todas as alegrias, reduzindo-as ao puro ridículo” (2001, p.295). Custódio pertence à classe média: homem livre, independente, cujo comércio de doces lhe garante uma sobrevivência digna, porém, sem luxos.

Faoro destaca uma grande diferença entre Custódio e Santos: além deste último possuir cabedais que o primeiro não possui, o que os distingue é a ambição, o desejo de subir na estrutura social. Santos luta para elevar-se ao topo da pirâmide social, enquanto Custódio conforma-se com sua posição intermediária.

Madeira destaca a forte presença do humor nos capítulos dedicados a Custódio:

O humor é delicioso na irônica situação da pintura de uma nova tabuleta de Confeitaria. A começar pelo proprietário, jocosamente alcunhado de Custódio. O narrador delicia-se com a avareza do comerciante, seu oportunismo comercial. Escarnece dos propósitos recônditos, típico jogo da preterição, quando solta a informação, geralmente positiva, para em seguida vir a desdita, desmascarando os bons sentimentos, deixando a nu a miséria humana. O que reforça o humor é o contraponto, a banalidade de uma tabuleta de par com os graves acontecimentos políticos, na transição da monarquia para a república (...) É incrível o poder de Machado arrasar com os acontecimentos mais significativos, reduzindo-os a uma prosaica questão de comércio pessoal. Evidente que isso tem relação com a descrença de uma verdadeira práxis política no Brasil, que primasse pela ética e por altos princípios (2001, p.87).

John Gledson (1986) também observa que no momento crucial da Proclamação da República somos afastados dos acontecimentos e personagens históricas para ver as coisas através do drama particular de um comerciante mediano, surpreendido pelos acontecimentos. Gledson afirma não ser por acaso que Custódio é dono justamente de uma confeitaria, fato que indica a superficialidade das transformações geradas pela República: “cada regime, pelo que parece, é um produto artificial, com pouca ligação substantiva com a realidade que pretende representar” (1986, p.174).

Gledson observa outro aspecto interessante: a antiga tabuleta de Custódio estava podre e deteriorada, fato que ele demorou a descobrir: “será que isso não se aplica ao Império, que exteriormente ainda era o mesmo (de modo que todos, inclusive Custódio, surpreendem-se profundamente quando ele desaba) mas por dentro estava deteriorado, incapaz de renovação?” (1986, p. 174).

Gouveia, o terceiro

A história de Gouveia é curta e breve, desenvolvendo-se em apenas um capítulo, reafirmando a estratégia machadiana de inserir pequenos contos autônomos dentro do romance. Gouveia não se relaciona com as demais personagens de *Esaú e Jacó*, exceto com Batista, mesmo assim superficialmente, apenas para tratar do inventário da pequena herança que este recebe. Ele entra no enredo ao apaixonar-se platonicamente por Flora e sua participação restringe-se à tímida contemplação da moça. Tímida pois trata-se de um jovem simples e sonhador, que ganha a vida trabalhando como oficial de secretaria, recebendo um salário modesto.

O capítulo dedicado a Gouveia chama-se “O Terceiro”, pois, depois de Pedro e Paulo, Gouveia surge como o terceiro pretendente à mão de Flora. A respeito dele, Flávio Chaves destaca tratar-se de

uma personagem secundária que é, de fato, *um terceiro*. Tanto pela situação social quanto pela ingenuidade do caráter, Gouveia apresenta-se como um *outsider* em relação à média da galeria machadiana. Representa um outro mundo, alheio ao círculo burguês dos Batistas, dos Santos e dos Aires, no qual penetrará. Personagens como essa nunca vêm ao primeiro plano na ficção de Machado, que, não obstante, registra sua existência (1976, p.95).

Gouveia é um baixo funcionário público, não obstante a promoção recebida: de amanuense passou a oficial de secretaria. Além dele, temos mais dois funcionários públicos no romance: João de Melo, parente pobre de Santos que o procurou querendo ser diretor de banco e acabou tornando-se escrivão, e Aires, diplomata de carreira, representando o alto funcionalismo público. “Havia os funcionários superiores e os subalternos, visivelmente separados, no estilo de vida, em categorias próprias” (FAORO, 2001, p. 336). A distância entre Aires, Gouveia e João de Melo é enorme. O primeiro goza

de *status*, prestígio e uma confortável situação pecuniária, enquanto os dois últimos vivem a mediania, os curtos orçamentos, o anonimato.

O narrador não disfarça o tom de zombaria ao referir-se a Gouveia. Ri de sua paixão platônica, dos versos de amor, sonhos, esperanças e ilusões. As esperanças de Gouveia aumentaram quando ele herdou uma pequena herança de seu tio, inesperadamente. Gledson faz uma observação muito interessante a esse respeito, comparando João de Melo a Gouveia:

Eles não podem ser entendidos independentemente e, assim, verifica-se como é importante, para a compreensão do romance, uma apreciação de sua estrutura. Ambos são ignorados, mas suas histórias contrastantes – uma, a de um humilde escrivão local, contente de adorar à distância, e que morre no mesmo ano simbólico de Brás Cubas (1869); o outro, herdeiro imprevisto de um tio, e insistindo um pouco mais em suas reivindicações – mostra a mudança de uma sociedade fixa para outra mais imprevisível, governada menos pelo *status* e mais pelo dinheiro (1986, ps.202, 203).

De fato, este fenômeno acontece. Há uma mudança na estrutura social ao longo da narrativa de *Esaú e Jacó*. No início do romance, o campo social é dominado pelo estamento, que por sua vez, baseia-se em tradições e origens fidalgas. Mas, desde o início do romance já aparece uma burguesia incipiente, que se esforça por afidalgar-se, imitando a nobreza. Com o desenvolvimento da narrativa, ocorrem inúmeras transformações na estrutura social, inclusive o desenvolvimento da burguesia e da sociedade de classes, em detrimento da sociedade estamental. A sociedade de classes, que substitui a estamental, é, por sua vez, menos rígida e mais fluida, permitindo uma maior mobilidade social. Assim, quem nasce rico pode empobrecer e quem nasce pobre não está impedido de galgar as altas posições. À medida que o fim do século XIX se aproxima, as origens e tradições nobres vão perdendo a importância. Em seu lugar, vem o dinheiro, que por si só passa a se tornar suficiente para garantir prestígio, honra e respeitabilidade.

Nóbrega

Após o furto de uma esmola de valor elevado, narrada no início do romance, o protagonista desta ação desaparece de cena como se a sua participação houvesse terminado neste episódio, mas, inesperadamente reaparece no capítulo setenta e quatro.

Apesar de ser muito significativo, conforme veremos, sua história se desenvolve em apenas nove capítulos, o que é consideravelmente pouco em um livro de cento e vinte um. Sua história também pode ser lida com certa autonomia, assim como a historieta de Custódio e a de Gouveia.

Nóbrega, humilde andador e pedinte para as “almas do purgatório”, viu cair em sua bacia de moedas pequenas, uma bela nota de dois mil-réis. Após um curto conflito íntimo, tomou-a para si, ao invés de entregá-la à igreja. Esse fato ocorreu em 1871, na manhã em que Natividade e Perpétua foram ao Morro do Castelo consultar a vidente. Natividade deu a nota ao pedinte levianamente: vinha feliz ao saber das previsões da cabocla.

Nóbrega reaparece na narrativa em novembro de 1890, já no final do encilhamento, num Rio de Janeiro agitado, progressista, empreendedor. A cidade se transformava e, de fato, oferecia um espetáculo a quem a visitasse: ruas movimentadas por carruagens velozes e bondes, pessoas vestidas com elegância à moda francesa, lojas vendendo os mais variados produtos, sem falar das inúmeras companhias que eram lançadas diariamente ao mercado e da intensa compra e venda de ações, além da expressiva circulação de dinheiro. Várias dessas transformações foram provocadas pelo encilhamento, política econômica responsável por uma grande flexibilização monetária, aumentando o meio circulante, facilitando o crédito, incentivando diversas companhias e gerando uma verdadeira febre especulativa. É um momento de muito entusiasmo e expectativa, baseado em um sentimento comum de prosperidade. O narrador fala sobre o deslumbramento de todos diante desta onda de prosperidade. Entretanto, evidencia não haver motivos para tanto otimismo, pois esta prosperidade se revelaria falsa, artificial.

É importante lembrar que *Esaú e Jacó* foi escrito em 1904, o escritor já havia, portanto, vivenciado o apogeu e a decadência do Encilhamento, que teve consequências desastrosas, como o colapso da economia (gerado pela inflação fora de controle, desvalorização da moeda, aumento das dívidas interna e externa) e, conseqüentemente, rígidas políticas de retenção monetária. Isso sem falar do surgimento de fortunas repentinas e das falências de fortunas sólidas (TANNURI, 1981). Por esta razão, sua narrativa reproduz não apenas o deslumbramento com o Encilhamento, mas também sua artificialidade, decepção e conseqüências negativas.

Em relação ao papel do estado no encilhamento, Faoro afirma:

O próprio Estado, tímido tutor ao tempo de Mauá, continua tutor, mas torna-se ousado, audaz, extravagante. O homem de negócios era um Mauá embriagado, em delírio – delirava também o Estado. (...) O Estado autorizava, com aplauso, os empreendimentos que o reino da fantasia comunicava aos graves homens de negócios. (...) Era o conflito, profundo de um século, conflito entre o liberalismo econômico, que a República pretendia consagrar, e o velho, velho e secular mercantilismo. O encilhamento, com a ilusão do progresso rápido, mostra a persistência do antigo sistema, consorciado numa forma, de origem portuguesa, do capitalismo do Estado. Dele partiu o impulso de modernizar o Brasil de golpe, atravessando-o de estradas de ferro e encharcando-o de indústrias (2001, p. 291).

O crescimento urbano está intimamente associado à ideia de progresso. Novamente, é Faoro quem destaca que o progresso na literatura machadiana manifesta-se com pompa e luxo através das carruagens, dos cocheiros vestidos com apuro, dos elegantes vestidos das senhoras, dos cafés requintados, dos artigos de luxo importados da Europa, do bonde a vapor...

A ideia de progresso – o mito do progresso- penetra na ficção de Machado de Assis por meio de uma inovação particular, que o simboliza e o expressa. Não o sensibiliza, senão acidentalmente, o industrialismo, ou a revolução industrial. O progresso, para o brasileiro do Segundo Reinado, ainda não se traduz em fábricas e usinas, em siderurgias e estaleiros. Ele vive nas suas manifestações exteriores, acabadas: a iluminação, o bonde, os serviços públicos. Trata-se de um progresso importado, sobreposto a um país agrícola – resultado e não processo (2001, p. 191).

De fato, entre todas as mudanças provocadas pela República e pelo encilhamento, Machado impressiona-se particularmente pela transformação urbana do Rio de Janeiro. Interessante observar que o crescimento urbano associa-se tanto ao luxo quanto às desigualdades sociais, como pode ser observado através da variada galeria de personagens machadianas.

Raymundo Faoro destaca que Machado via as transformações urbanas como sinais de uma nova sociedade que emergia, com valores próprios, deixando para trás um mundo em declínio, com suas normas, princípios e tradições. “Machado de Assis, tal como Nabuco e Taunay, viu, na classe que emergia, classe sem moral, sem escrúpulos,

sem maneiras e sem gramática, o fim de uma época e de um estilo. Acabava o Império e com ele todo um mundo (...)" (2001, p.286).

Conforme discutido no capítulo sobre a família Santos, o encilhamento é o grande momento de separação entre a sociedade estamental e a de classes, que durante longo período coexistiram. Luiz Tannuri (1981) observa haver também uma lenta mudança na economia, que passa do sistema mercantil escravocrata cafeeiro ao sistema exportador capitalista.

Voltando à narrativa, Nóbrega, o antigo esmoler, teve sua trajetória reconstituída através de *flash backs*. Gledson se refere a ele como "personificação do encilhamento" (1986, p.197). De fato, trata-se de um homem bem sucedido, enriquecido pela especulação financeira, cujos cabedais foram triplicados no encilhamento. Faoro (2001) destaca que a fortuna de Nóbrega se originou a partir de uma má ação (um furto), ao qual podem ter se seguido muitas outras. Mesmo com alguns *flashes backs*, há um obscurecimento a respeito do passado e das atividades econômicas de Nóbrega. Por ter começado sua fortuna com um furto, ele sente certo remorso, relacionado à sensação de ilegitimidade de sua fortuna, além de receio de ser reconhecido por alguém e desmascarado.

Nóbrega enriqueceu, adquiriu uma carruagem e um luxuoso palacete no Andaraí, se cercou de comensais e bajuladores. Assim como Santos, seus modos são rudes e não possui educação formal, mas ao contrário do primeiro, Nóbrega não tenta refinar suas maneiras. O narrador não o poupa de críticas.

Humor e ironia estão presentes quando se trata de Nóbrega. O narrador o critica, contrastando sua riqueza material com sua pobreza de espírito. Apesar de ser rico, Nóbrega é um sujeito grosseiro e ignorante. Confiante em si mesmo, acredita que o mundo gira ao seu redor e que seu dinheiro tudo compra, inclusive amor. Partindo desse pressuposto, decide se casar e põe-se a escolher uma noiva, certo que a privilegiada jamais o recusaria. Flávio Chaves (1976) destaca a distorção afetiva dessa personagem é semelhante à de Rubião, que antes de ter uma noiva que ame e queira casar-se, decide se casar e sai à procura da noiva, "interessado no valor de troca que o casamento potencialmente representa" (1976, p.156).

Um dos episódios mais marcantes da trajetória de Nóbrega diz respeito justamente ao seu projeto de se casar. Certo dia, vendo a moça Flora na casa da irmã de Aires, encantou-se imediatamente pela sua graça e beleza. Resolveu casar-se com ela. Observando que se tratava de uma moça simples (pois nunca a vira adornada com jóias), pensou que desposá-la seria, antes de tudo, um ato de caridade, pois a elevaria a uma situação pecuniária jamais imaginada. Nunca lhe ocorreu, é claro, a possibilidade dela recusar seu pedido de casamento. E foi justamente o que Flora fez, para assombro e indignação de Nóbrega. Após muito se indignar, Nóbrega conclui que Flora era doente, pois só a doença explicaria essa recusa incompreensível. A mesma postura de Nóbrega pode ser constatada no enterro de Flora. Nóbrega não sente dor ou emoção ao acompanhar os ritos fúnebres. A única coisa que pensa é no enterro esplêndido que daria a Flora se ambos fossem casados. “Toda a realidade, todos os sentimentos, todas as instituições se traduzem no dinheiro, ou em bens que o dinheiro compra. (...) O dinheiro, só ele, dá prestígio e poder, glória e grandeza” (FAORO, 2001, ps.267, 268).

Faoro (2001) faz uma brilhante análise ao comparar Nóbrega a Santos, apontando-lhes semelhanças e divergências. Começamos pelas semelhanças: ambos surgiram “do nada” e tornaram-se homens prósperos, opulentos. Os dois tornaram-se ricos através da mesma atividade: a especulação financeira. Santos enriqueceu com a febre das ações em 1855, enquanto Nóbrega tornou-se rico com o Encilhamento, iniciado em 1889. Há entre o enriquecimento de ambos o espaço de aproximadamente trinta e cinco anos, período em que ocorreram inúmeras mudanças na sociedade. Santos enriqueceu em um contexto diferente; embora já existisse uma burguesia incipiente, a sociedade ainda era basicamente estamental, de regime monárquico e escravocrata. Santos, ao enriquecer, procurou refinar seus hábitos, visando o ingresso na “boa sociedade”, nos altos círculos sociais. Cobiçou por muito tempo um título nobiliárquico, assim como uma posição privilegiada na política. Já Nóbrega enriquece em outro contexto; não há mais monarquia e a nobreza se encontra em franca decadência. Os tempos são outros. Nóbrega, enquanto novo-rico, não se preocupa em refinar suas maneiras, em afidalgar-se; não corteja a “boa sociedade”, não sonha com um título nobiliárquico e tampouco se interessa por política; seu dinheiro, por si só, é suficiente para assegurar-lhe *status* e respeitabilidade. Ele e os demais burgueses emergentes não

dependem de maneira nenhuma dos favores e simpatia da coroa, deposta. No final do século XIX, a sociedade estamental e seus valores cedem lugar definitivamente à sociedade de classes, cujo valor supremo é o dinheiro. “Nóbrega exprime o fim do Império, a sociedade de predomínio das classes” (FAORO, 2001, p.29).

Considerações finais:

Este trabalho partiu do pressuposto de que através de uma obra literária clássica, é possível conhecer a respeito da sociedade e da época sobre as quais a obra trata. Este é o caso da obra de Machado de Assis, que nos apresenta um universo ficcional riquíssimo por meio do qual vislumbramos muitos dos valores presentes na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.

Este fenômeno ocorre mesmo que o autor não tenha pretendido realizar romances históricos. Ocorre porque o artista está inserido na sociedade e compartilha inúmeros dos valores e preconceitos presentes em sua época. Ao elaborar uma obra de arte, exprime muitos dos anseios e temores dos grupos aos quais pertence. Neste sentido, embora uma obra de arte não se reduza ou possa ser explicada a partir do contexto, a mesma pode ser melhor interpretada se este for considerado.

Neste sentido, a partir da consideração da obra de Machado de Assis enquanto ficcional e artística, este trabalho buscou interpretá-la situando-a no contexto ao qual foi produzida, a saber, a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Contudo, a pesquisa não pretendeu reduzir a obra ao contexto ou buscar nesta supostos reflexos da realidade histórica. O contexto foi investigado para elucidar aspectos das narrativas ficcionais, nas quais o autor criou fatos sem o compromisso de retratar determinadas realidades. A pesquisa historiográfica foi realizada neste estudo em função dos textos machadianos e das suas narrativas ficcionais. Para isto, foram utilizados trabalhos de historiadores como Sidney Chalhoub (2003) e John Gledson (1986), da filósofa Kátia Muricy (1988), do jurista Raymundo Faoro (2003), entre outros.

A pesquisa visou analisar dois romances machadianos à luz de conceitos sociológicos como estamento, *status*, classes sociais, poder econômico, poder político, partidos políticos. Estes conceitos foram definidos segundo Max Weber, no texto “Classe,

estamento, partido” (1982). Os conceitos foram empregados com a finalidade de compreender os mecanismos de distribuições de recursos e recompensas sociais na sociedade machadiana, como prestígio, poder econômico e poder político, assim como os critérios distributivos. Isto porque a pesquisa visou analisar a estrutura social machadiana em *Quincas Borba* e *Esaú e Jacó*. Conforme destacado na introdução, o conceito de estrutura social foi empregado segundo Peter Blau (1987), para quem esta se refere a um sistema de relações sociais entre partes diferentes de uma sociedade.

Assim, em cada romance analisei todas as personagens, reunindo sobre elas o maior número de informações fornecidas pela narrativa, tentando reconstruir suas origens, trajetórias, papéis sociais, ocupações, modos de vida, situações sócio-econômicas, níveis de prestígio e *status*, comportamento político, religioso, bem como suas redes de relações sociais e grupos aos quais pertencem. Procurei analisar também os mecanismos que regulam as relações sociais, classificando e hierarquizando as personagens.

A seleção dos romances *Quincas Borba* e *Esaú e Jacó* para a análise se deveu ao fato da narrativa de *Quincas Borba* terminar no ano que a de *Esaú e Jacó* começa. Assim, há continuidades e desdobramentos entre os dois romances, ainda que se tratem de personagens e enredos diferentes.

Começamos a análise com o romance *Quincas Borba*, cuja narrativa se inicia em 1867. Trata-se de um romance muito bem construído; possui diversas personagens que se distinguem pela riqueza dos caracteres e personalidade, além de se encontrarem nas mais variadas situações, realizando uma multiplicidade de papéis sociais, evidenciando uma sociedade complexa.

A figura mais excêntrica da narrativa é, sem dúvida, Quincas Borba, que também é personagem de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880). Homem de origem abastada, empobrece a ponto de mendigar. Inesperadamente, herda uma rica herança do tio e volta a gozar a boa vida. Após ascender e descer na estrutura social, conhecendo a extrema pobreza e os confortos da riqueza, Quincas Borba acredita compreender a verdade sobre a humanidade e funda uma filosofia, baseada na luta pela sobrevivência e vitória dos mais fortes. Conforme discutido anteriormente, o Humanitismo é uma sátira

machadiana ao positivismo comtiano e, principalmente, à teoria darwiana da seleção das espécies.

Quincas Borba, conforme destacou Gledson (1986), é uma figura atípica: se move demasiadamente na rígida estrutura social da primeira metade do século XIX. Como vimos, ao longo do século XIX foi possível perceber uma grande mudança na estrutura social no sentido de se tornar mais flexível. Percebemos que a sociedade machadiana também se tornou mais fluida à medida que o fim do século se aproximou.

Rubião está entre as personagens que conseguiram mudar sua condição: de simples professor tornou-se rico. Esta transição aconteceu por meio da herança recebida de Quincas Borba. É interessante notar que ao invés da herança ser um mecanismo de conservação das riquezas entre as mesmas famílias, neste caso ela funcionou como um elemento de mudança social, na medida em que transmitiu os bens de um aristocrata excêntrico para um homem do povo sem cultura e educação.

Rubião enriqueceu em 1868, período em que a sociedade estamental ainda dominava o campo social, servindo de modelo a toda sociedade. Conforme apontado por Faoro (2001), o estamento era representado pela Família Imperial e pela nobreza que a rodeava e firmava-se sobre origens ilustres, costumes e tradições fidalgas. Os nobres possuíam um sentimento de superioridade que caracteriza os grupos estabelecidos. Na medida em que não trabalhavam e viviam de rendas, o ócio apresentava-se como condição essencial à dignidade: apenas àqueles que não precisam trabalhar para garantirem a subsistência, é reservado tempo livre para se dedicarem a tarefas tidas como superiores, tais como as artes, a filologia, o domínio das regras de etiqueta, etc. Os trabalhos manuais, por sua vez, eram tidos hierarquicamente como inferiores, sendo reservado aos incultos que precisavam vender a força de trabalho para subsistir e, por essa razão, não possuíam tempo para se dedicarem ao aprimoramento dos talentos pessoais e ao desenvolvimento de atividades honoríficas. A herança, portanto, dignificava o herdeiro, dispensando-o da ultrajante necessidade de “ganhar o pão”, garantindo-lhe uma situação honrosa.

Entretanto, coexistindo com o estamento existia uma sociedade de classe incipiente, que não se baseava em nascimentos e tradições fidalgas, mas organizava-se exclusivamente segundo critérios econômicos, tendo como expoente a burguesia,

representada por banqueiros, comerciantes, especuladores, industriais, políticos profissionais, traficantes de escravos, etc. Como a burguesia foi formada por homens de origem popular que conseguiram enriquecer através das suas atividades profissionais, entre os burgueses não há a concepção do ócio enquanto condição fundamental à dignidade, pelo contrário: é o trabalho que lhes possibilita a opulência e a ascensão social.

Aos poucos a sociedade de classes se expandiu até substituir definitivamente a sociedade estamental; este processo, entretanto, demorou muitos anos, iniciando-se na colonização e completando-se apenas nos primeiros anos da República. Como vimos, foi possível perceber esta transformação através da análise da estrutura social em *Quincas Borba e Esaú e Jacó*.

Assim, quando Rubião enriqueceu em 1868, a sociedade ainda era estamental e a burguesia incipiente não possuía autenticidade: imitava a nobreza em seus “traços secundários”, (FAORO, 2001, p. 262) buscando prestígio. Aprendiam regras de etiquetas e convenções sociais, adotando o estilo de vida nobre. Entretanto, um aspecto fundamental os distinguia: enquanto a nobreza vivia de rendas, os burgueses não se distanciavam dos seus negócios, mantendo uma rotina de trabalho.

Rubião, que não é burguês, mas é novo-rico, aprende a importância de afidalgar-se logo que chega à corte, orientado pelo especulador Cristiano Palha. Percebendo que o dinheiro por si só não é capaz de lhe garantir respeitabilidade, trata de refinar seu estilo de vida: decora sua residência com adornos europeus, contrata criados brancos, veste-se com elegância, lê romances da moda, patrocina jantares esplêndidos e, finalmente, frequenta bailes ilustres, como um verdadeiro fidalgo. Faoro destaca que “este é outro fenômeno da sociedade do tempo, mesclada de classes e estamentos: o trânsito da situação de homem rico para a de fidalgo” (2001, p.17).

Rubião, tal qual seu testador, tem a trajetória marcada pela mobilidade social: tem nascimento humilde, enriquece com quase quarenta anos e perde toda fortuna três anos depois, morrendo insano.

Sorte diferente tem o casal Palha, cuja trajetória também é marcada pela mobilidade social. Cristiano e Sofia têm origens humildes; pertencem à classe média. Sofia é filha de um funcionário público subalterno e Cristiano ganha algum dinheiro com

especulação financeira. Não obstante, são ambiciosos e não se conformam com a condição que possuem: desejam dinheiro, bens e notabilidade. Impacientes com suas limitações, gastam mais do que possuem e vivem farejando oportunidades de ascensão social. Ao conhecerem Rubião identificaram uma excelente chance de enriquecimento; não vacilaram, partiram para o ataque: Sofia o seduzia e Palha o explorava. Além de conseguir empréstimos que muitas vezes não pagava, Cristiano tornou-se sócio de Rubião. Mas, enquanto o último perdia-se em devaneios e prodigalidade, o primeiro era esperto, cauteloso e investia bem o dinheiro ganho. Rapidamente, o casal passa da mediania à riqueza, numa trajetória espetacularmente ascendente. Entretanto, não ambicionam apenas dinheiro; querem *status*, notoriedade. Por isso, assim como Rubião, procuram refinar suas maneiras. Observam e aprendem regras de etiqueta, desvencilham-se das pessoas simples que os cercavam, aproximando-se de pessoas da alta sociedade, mudam de residência, compram um *coupé*, etc. Palha, ao final do romance, deseja comprar um título de barão, para coroar-lhe a entrada no mundo glorioso. Além disso, manda construir um palacete em Botafogo, que seria inaugurado com um baile célebre. Sofia torna-se elegante e respeitável, adorada pelas finas senhoras da sociedade, não lembrando em nada aquela mulher decotada que outrora se oferecia a Rubião.

Outra personagem que tem uma trajetória ascensional e que passa por um profundo processo de mudança é Maria Benedita. A simplória jovem vem do interior para a corte, trazendo consigo “a casca da roça”. Mas, orientada por Palha e Sofia, percebe a importância de refinar os modos e adquirir determinados conhecimentos para ter um futuro melhor. Afinal de contas, sua mãe, já velha e viúva, possuía apenas uma fazendola atolada em dívidas, situação de muitos fazendeiros senhores de escravos às vésperas da Lei do Ventre Livre. Além disso, conforme destacou Ingrid Stein (1984) cabia às mulheres do século XIX os cuidados com a casa e a família, não lhes cabendo realizar trabalhos extra - lar. Apenas às mulheres das classes mais baixas o trabalho remunerado fora de casa era permitido, assim mesmo só em algumas atividades e acarretando imenso desprestígio. Neste contexto, a melhor solução para Maria Benedita era o casamento com um homem de posses. Mas para isso era necessário aprender as regras de conduta ditadas e valorizadas pela nobreza. Não sem combate interior, Maria Benedita

aceita moldar-se: aprende francês, piano e dança; substitui roupas velhas por vestidos novos, passa a usar jóias e freqüentar bailes. Em pouco tempo estava casada com o abastado Carlos Maria, passando da mediania à riqueza.

Carlos Maria, como autêntico fidalgo, não trabalha; vive de rendas, ociosamente. Dedicar-se a bailes, passeios e viagens. Desde muito jovem foi educado dentro das mais finas regras de etiqueta, é respeitado em todos os círculos sociais e goza de um profundo sentimento de superioridade em relação aos demais. Carlos nasce no topo da pirâmide social e mantém sua posição. Novamente, a importância de um bom nascimento e a posse de uma generosa herança se faz notar. Ao contrário do que aconteceu no caso de Rubião, aqui a herança tem um caráter conservador: mantém a riqueza nas mãos da mesma família, passando de mãe para filho.

Mas nem toda mobilidade é ascensional. Também existem aquelas personagens cuja trajetória é descendente, como o Major Siqueira e sua filha Tonica. O major é aposentado e não possui poder nem *status*. Não foi reconhecido pelo exército, que nunca lhe concedeu a patente de coronel. Sua aposentadoria não lhe garante uma vida confortável. Não tem estabilidade e se muda de casa três vezes ao longo da narrativa, cada vez para um lugar mais modesto. Veste-se mal e alimenta-se escassamente. Não possui sequer um dote para casar a filha solteirona. Esta última vive uma situação difícil: é solteira numa sociedade cuja maior meta para as mulheres é o casamento. Dona Tonica, que não atinge tal meta, sofre com o estigma de solteirona. Sem alternativa, mora com o pai e passa seus dias realizando atividades domésticas. Pobre, não possui vestidos, jóias ou carruagens; tampouco frequenta os bailes nos quais vão Sofia, Benedita e Fernanda.

Outra personagem de trajetória descendente é Camacho. Apesar de ser enérgico e intensamente envolvido com a luta política, encontra-se fora do governo. Embora bajule os chefes partidários, não possui influência de espécie alguma, requisito básico para a carreira política.

Tudo indicava que Camacho pudesse se dar bem na política: produzia discursos pomposos e demagógicos visando impressionar a audiência, bajulava os poderosos do dia, já havia sido deputado de província, era formado em direito e possuía ambição. Mas, contrariando as expectativas, Camacho sentia-se cair. Mal visto por opositores e aliados

políticos, ninguém ousava chamá-lo ao governo. A política, portanto, não lhe garantia o sustento, ganho por sua vez com a advocacia. Essa situação era muito comum entre os políticos do Segundo Reinado, devido ao revezamento dos dois partidos no poder (Liberal e Conservador). Os políticos aliados do poder deveriam ter rendas ou outra profissão capaz de os sustentar quando seu partido não estivesse no poder. Isso resultava na sobrevivência na política de uma camada de profissionais com rendimentos constantes, tais como advogados, médicos, fazendeiros, jornalistas, etc.

Além de Camacho há outro político no romance: Teófilo. Diferentemente de Camacho que bajula os poderosos e faz discursos retóricos, Teófilo é homem sério, reservado, trabalhador. Trancado em seu gabinete, trabalha arduamente. Faz relatórios, orçamentos, balanços. Entretanto, embora seja aparentemente desambicioso, deseja um dos cargos mais altos do império: o ministério. Entretanto, se frustra: vê cair em mãos menos aptas do que a sua o sonhado e merecido prêmio. Conforme destacou Faoro (2001), Teófilo é ingênuo por não saber que não é o trabalho árduo que conduz ao ministério, mas as politicagens e jogos de influências. Mas, mesmo sem a pasta de ministro, Teófilo permanece no governo e consegue uma presidência, mantendo sua posição social.

Teófilo não sofre apertos econômicos. De família abastada, não precisa trabalhar para subsistir. Sua dedicação à política provém de uma paixão imensa, à qual entrega-se sem reservas. Como homem do seu tempo, Teófilo percebe que só a política pode lhe proporcionar poder e nomeada.

Teófilo é casado com uma elegante senhora, dona Fernanda, também oriunda de família abastada; ela é prima do fidalgo Carlos Maria. Fernanda frequenta a alta roda: possui *status*, glamour e domina as tão valorizadas prendas sociais. Além de cercar-se de pessoas elegantes, é muito respeitada e admirada pela “boa sociedade”. A fina dama, bem amparada materialmente e possuindo tempo ocioso, dedica-se à filantropia, que por sua vez, enobrece ainda mais sua pessoa.

Em *Esaú e Jacó*, uma das principais personagens é Agostinho Santos, um homem de origem simples, que partiu do interior para corte aspirando uma vida melhor. Ao chegar no Rio de Janeiro se dedicou à especulação financeira. Num lance de sorte, habilidade e intuição comprou ações que se tornaram valiosas e enriqueceu

repentinamente. Mas, neste momento (se trata do ano de 1855, narrado em *flash back*), a sociedade ainda é dominada pelo estamento e a burguesia é incipiente e insegura. Santos, burguês novo-rico, tal qual Palha, não possui autenticidade e para angariar prestígio, passa a imitar deliberadamente a nobreza, adotando o estilo de vida dos nobres. Se veste com elegância, mora numa bela casa em Botafogo, possui casa de campo em Petrópolis, criados e *coupé*, frequenta teatros e bailes, cerca-se de pessoas respeitáveis, etc. Assim como Cristiano Palha, Santos distancia-se dos nobres no que diz respeito ao trabalho: não vive de rendas; é diretor de banco.

Mas, semelhantemente a Palha, que embora tenha refinado seus modos mas muitas vezes não sabia como se comportar, Agostinho Santos ainda cometia algumas gafes; laivo do caipira simplório que fora outrora. Mesmo enriquecido sentia que sua carreira ainda não estava completa e também ambicionava, assim como Palha, um título de barão, para obter consagração definitiva. Mas, enquanto o *Quincas Borba* termina antes que Palha obtenha a baronia, em *Esaú e Jacó* Santos torna-se barão (em 1881). Assim, apenas ao receber o título de barão é que Santos conquista a posição que almejava. Passa a sentir-se poderoso, vislumbrando a possibilidade de atingir até mesmo o senado vitalício, ao qual chama de “eterno”.

Quando Santos se casou com Natividade, ela era uma moça simples, desconhecida e sem recursos. Porém, assim como Sofia, era bela e possuía uma graça natural, que trouxe notabilidade ao casal. Assim, enquanto Palha e Santos ainda guardam um ranço do grosseirão que haviam sido outrora, Sofia e Natividade conseguem ingressar nas altas rodas sociais.

Natividade é mais uma personagem trãnsfuga da sua classe, cuja mobilidade é ascendente. O narrador não a critica por ter mudado sua situação através do matrimônio, ao contrário do que faz com seu marido, enriquecido na especulação financeira. O narrador revela preconceito em relação ao enriquecimento no mercado financeiro.

Na elegante residência do casal em Botafogo habita também Perpétua, irmã de Natividade e personagem secundária. Perpétua é viúva e agregada. Perdera o marido na guerra do Paraguai, acontecimento histórico que o narrador comenta rapidamente, sem se aprofundar. Mesmo sendo irmã de Natividade, mantém-se o mais discreta possível e

tenta não desagradar os donos da casa. Perpétua tem consciência da sua posição social frágil e inferior e por isso não se arrisca.

Pedro e Paulo são os gêmeos filhos do casal Santos. Ao longo da vida de ambos, sempre competiram e mantiveram uma rivalidade insuperável. Machado aproxima-se da história dos gêmeos rivais bíblicos Esaú e Jacó ao levantar a possibilidade da rivalidade entre Pedro e Paulo ter começado no ventre materno.

Os gêmeos têm trajetórias distintas dos pais: já nasceram ricos e receberam educações condizentes às suas posições sociais. Aos dez anos viram o pai tornar-se barão, o que trouxe à família grande importância. Eram estimados e respeitados, sendo sempre bem recebidos em todos os círculos sociais. A prova disso é que havia diversas mães que os desejavam para genros.

Ambos receberam formação superior: Paulo mudou-se para São Paulo, onde estudou direito e Pedro permaneceu no Rio de Janeiro, estudando medicina. Mais tarde, não encontram dificuldade em elegeram-se deputados.

Mas, mesmo tendo nascimento e educação privilegiada, nenhum dos gêmeos conseguiu desposar a moça de sua afeição: Flora. Tratava-se de fato de uma moça sonhadora que não conseguiu se decidir entre um dos irmãos e acabou morrendo de alguma causa misteriosa que a narrativa sugere ter relação com o seu drama amoroso.

Através de Flora fica clara a diferença do tratamento dispensado aos dois sexos: enquanto os gêmeos estudam e preparam-se para ter uma profissão e tornarem-se chefe de família, Flora (como a maioria das jovens da sua classe social) fica em casa, aprendendo a cuidar do lar e aguardando o momento de se casar. O mesmo acontece com a jovem de *Quincas Borba*, Maria Benedita.

Entretanto, a respeito das mulheres machadianas, Terezinha Xavier (1986) afirma que o poder de agência destas é mais complexo do que supõe interpretações que as concebem como mulheres submissas e restritas à esfera doméstica. De fato, as personagens femininas estão sujeitas a regras patriarcais e machistas que as proíbem de votar, de trabalhar fora, que vinculam seus destinos aos dos seus pais e maridos. Entretanto, muitas das personagens femininas são construídas como mulheres fortes, determinadas, algumas conseguem inclusive exercer suas vontades sobre seus maridos, como no caso de D. Cláudia, mãe de Flora.

Este ponto de vista sobre as relações de gênero dentro do casamento nos romances machadianos é compartilhado também por Faoro (2001), que afirma que, embora aparentemente as personagens masculinas sobreponham-se às femininas, na verdade estas últimas são mais sagazes e perspicazes que as primeiras, tendo o poder de manipular as situações e de tirar delas o maior proveito possível.

Voltando à narrativa de *Esaú e Jacó*, Flora é filha de Batista, um advogado que visa a carreira política. No momento em que aparece no romance, a carreira de Batista não está bem: fora afastado do governo devido a denúncia de corrupção. Desesperado, tentava refazer sua carreira em visitas às províncias interioranas, recurso que se revelou inútil, pois o poder se concentrava na capital do império, devido à centralização política.

Em termos de influências políticas Batista não estava nada bem. Apesar do seu partido (o Conservador) estar no governo, ele não havia sido chamado para nenhum cargo. Quando mais mantinha expectativa de ser chamado, os conservadores foram substituídos pelos liberais. A decepção de Batista foi enorme; agora teria que esperar que os conservadores voltassem ao poder, o que poderia levar muitos anos. Entretanto, sua mulher Cláudia, esperta e interesseira, o convence a trair seu partido e pleitear um cargo junto ao governo. Entretanto, havia diversas sanções àqueles que migravam de partido. Mas, após enorme conflito interior, Batista muda de partido e acaba conseguindo um cargo no governo. Logo depois, para sua grande decepção, perde o cargo. Novamente, a luta recomeça: procura o presidente da República e pleiteia novo cargo, que obtém logo depois.

Enquanto os Batistas sofrem com as reviravoltas da carreira política, o Conselheiro Aires goza uma tranquila estabilidade. Trata-se de um homem de família abastada, que seguiu carreira diplomática e viajou boa parte do mundo. Na narrativa já aparece maduro, experiente e aposentado. Seu título de conselheiro lhe dá muito prestígio, o que somado às suas maneiras elegantes, o torna muito bem aceito nos altos círculos sociais. No entanto, apesar do título proporcionar-lhe *status*, o conselheiro não possuía poder ou influência política. Além disto, Aires era um homem pacato, que se satisfazia com sua vida tranquila e era avesso à polêmicas e controvérsias.

Temperamento bem diferente possuía Rita, irmã de Aires: adorava inventar motivos para desavenças. Era viúva, tal qual Perpétua. Mas, gozando de situação

melhor, morava sozinha em sua própria casa, a mesma que vivera com o falecido marido. Não temos muitas informações a respeito de Rita, mas é certo que não trabalhava. Rita não quis se casar novamente; fazia questão de se manter fiel ao marido mesmo após a morte deste.

Temos na narrativa a presença de um pequeno comerciante: Custódio. Ele possui uma confeitaria ao lado da casa de Aires. Custódio pertence à classe média, mas ao contrário de Palha e Santos, não possui tantas ambições. Custódio estava estagnado na sua posição, satisfeito com seus curtos rendimentos, enquanto os dois últimos desejavam enriquecer, possuir, brilhar.

Além do confeitoiro, temos um rapaz da classe média também, porém, com menos recursos que Custódio: Gouveia. Trata-se de um amanuense promovido a oficial de secretaria, que recebe um modesto salário e vive nas nuvens, fazendo poesias. Apaixonou-se pela moça Flora e ficava contemplando-a através da janela. Uma pequena e inesperada herança de uma tia trouxeram-lhe esperanças de se casar com ela. Tal esperança indica que a estrutura social se encontra mais aberta às possibilidades de mobilidade social. Bastou herdar uma herança que Gouveia acreditou ser possível se casar com uma moça de condição social superior à sua. Entretanto, tal esperança se revelou vã e Gouveia não se casou com a Flora.

Além de Natividade e Santos, temos outra personagem trãnsfuga de sua classe: Nóbrega. Homem de nascimento humilde, arrecadava esmolas para igreja. Sua vida mudou certo dia em que viu cair na sua algibeira uma nota de valor elevado. Sem pestanejar, roubou-a para si. Nóbrega aplicou o dinheiro na especulação e, assim como Santos, tornou-se riquíssimo.

É interessante lembrarmos a comparação que Raymundo Faoro (2001) estabelece entre as personagens Santos e Nóbrega. Podemos estendê-la a Cristiano Palha, que se encontra numa situação muito próxima a de Santos. As três personagens surgiram “do nada”, tornando-se prósperas, opulentas. Todas dedicaram-se à especulação financeira, recebendo a condenação moral do narrador.

Entretanto, Santos enriqueceu na febre das ações, em 1855; Palha, por sua vez, enriqueceu entre 1867 e 1871; já Nóbrega enriqueceu durante o Encilhamento, entre 1889 e 1891. O contexto no qual Santos e Palha enriqueceram é bem semelhante,

enquanto o enriquecimento de Nóbrega acontece duas décadas depois, num contexto diferente. Estas duas décadas que separam o enriquecimento dos dois primeiros do terceiro foram muito agitadas e ocorreram inúmeras mudanças na sociedade. Quando Santos e Palha enriqueceram, embora já existisse uma burguesia incipiente, a sociedade ainda era basicamente estamental, de regime monárquico e escravocrata. Ambos, ao enriquecerem, procuraram refinar seus hábitos, visando o ingresso na “boa sociedade”. Nóbrega enriquece em outro contexto: já havia ocorrido a abolição da escravidão, a Proclamação da República e o Encilhamento. Era o fim do estamento, que dia a dia cedia lugar à sociedade de classes. Juntamente com o estamento, ficaram para trás os valores e tradições tão caros à nobreza. Emergia uma sociedade de classes sociais, hierarquizada a partir de critérios econômicos.

Como a sociedade de classes baseia-se exclusivamente em critérios econômicos, Nóbrega, não sente necessidade de passar por transformações profundas no sentido de afidalgar-se. Na medida em que a nobreza se encontra decadente, Nóbrega não aspira um título nobiliárquico, assim como não corteja a “boa sociedade”. Ele transita com mais tranquilidade e sua segurança se baseia na sua riqueza.

Luciano Trigo, em “O Viajante Imóvel: Machado de Assis e o Rio de Janeiro de seu tempo” (2001), destaca que a obra do autor de *Esaú e Jacó* se entrelaça com o desenvolvimento da burguesia no Brasil. Ao analisarmos os romances estudados neste trabalho pudemos comprovar isto. Entretanto, é necessário salientar que Machado de Assis e sua obra não chegaram a acompanhar a consolidação da burguesia, que atualmente ascendeu até o topo da pirâmide social, antes ocupado pela aristocracia rural.

REFERÊNCIAS:

- ASSIS, Joaquim Maria Machado. (1993). **Quincas Borba**. São Paulo: Editora Ática.
- _____. (2002). **Esaú e Jacó**. São Paulo: Nova Cultural.
- BLAU, Peter. (1987). **Contrasting Theoretical Perspective**. In: Alexander, Jeffrey *et al.* LA: University of California Press.
- CALDEIRA, Jorge. (1995). **Mauá: Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras,
- CÂNDIDO, Antônio. (2000). **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha.
- CHALHOUB, Sidney. (2003). **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHAVES, Flávio Loureiro. (1976). **Romances para estudo – Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- CULLER, Jonathan. (1999). **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Beca.
- ECO, Umberto. (1984). **Conceito de Texto**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.
- ESTEVES, Paulo Luiz. (2003). **Machado de Assis e o Self: figurações de si na corte de letras**. Tese de doutorado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.
- FAORO, Raymundo. (2001). **Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio**. 4ª Ed. São Paulo: Globo.
- GLEDSON, John. (1986). **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 262 p.
- GOFFMAN, Erving. (1996). **A representação do Eu na vida cotidiana**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes.

- GOLDMANN, Lucien. (1990). **Sociologia do romance**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MADEIRA, Wagner Martins. (2001). **Machado de Assis: homem lúdico**. Uma leitura de Esaú e Jacó. São Paulo: Annablume.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (1957). **Machado de Assis desconhecido**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MEYER, Augusto. (1958). **Machado de Assis: 1935 a 1958**. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- MOTTA, Rodrigo. (1999). **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MURICY, Kátia. (1988). **A Razão Cética**. *Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- NEIBURG, Federico. (2000). **Apresentação**. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. (2001). **O Livro de Ouro da História do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro.
- SANT'ANNA, Afonso Romano. (1974). **Análise Estrutural de Romances Brasileiros**. 2 ed. etrópolis: Vozes, 1974.
- SCHWARZ, Roberto. (2000). **Ao Vencedor as Batatas**. 5ª Ed. São Paulo: Editora 34.
- _____ *et al.* (1982). **Machado de Assis**. São Paulo: Ática.
- STEIN, Ingrid. **Figuras Femininas em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

TANNURY, Luiz Antônio. **O Encilhamento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

TRIGO, Luciano. **O Viajante Imóvel**. Machado de Assis e o Rio de Janeiro de sua época. Rio de Janeiro: Record, 2001. 303 p.

XAVIER, Teresinha Mucci. **A Personagem Feminina no Romance de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Presença, 1986. 78 p.

WEBER, Max. (1982). “**Classe, estamento, partido**”. In: H.H. GERTH & WRIGTH MILLS, C. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora.